

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOS SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 009/2024
Data: 16/01/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
GOVERNO FEDERAL SANCIONA LEI QUE REGULAMENTA A PRATICAGEM NO BRASIL	4
PORTEIROS DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ESTÃO COM SALÁRIOS ATRASADOS	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	5
BID ESTRUTURA “DEPARTAMENTO COMERCIAL” PARA PERNAMBUCO	5
PARQUE EÓLICO VAI RECEBER INVESTIMENTO SUPERIOR A R\$ 3 BILHÕES NO INTERIOR DA BAHIA	7
PORTO DO PECÉM BATE RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES COM ALTA DE 16%.....	8
EMPRESA BAIANA SE CONSOLIDA COMO QUINTA MAIOR DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL DO BRASIL	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
SETOR AQUAVIÁRIO - ATIVIDADE DE PRATICAGEM É SANCIONADA E PASSA A TER REGRAS ESPECÍFICAS	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – SEGURANÇA MARÍTIMA E ECONOMIA GLOBAL.....	12
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	13
<i>Início dos trabalhos</i>	13
<i>Em Davos 1</i>	13
<i>Em Davos 2</i>	13
<i>Planos aprovados 1</i>	13
<i>Planos aprovados 2</i>	14
NACIONAL - PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA A PRATICAGEM É SANCIONADO.....	14
NACIONAL - GOVERNO IRÁ PREMIAR TRABALHOS SUSTENTÁVEIS DE EMPRESAS AÉREAS.....	15
REGIÃO SUDESTE - ORDEM PARA OBRAS DO AEROPORTO DE GUARUJÁ ESTÁ PREVISTA PARA FEVEREIRO.....	16
REGIÃO SUL - CONCESSIONÁRIA QUE ARREMATOU LOTE 1 DAS RODOVIAS DO PR ABRE 682 VAGAS DE EMPREGO.....	17
REGIÃO SUL - ROBISON COELHO ASSUME A SECRETARIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS DE SC	18
MERCOSUL - BRASIL E PARAGUAI BUSCAM ENTENDIMENTO SOBRE PREÇO DA ENERGIA DE ITAIPU	19
INTERNACIONAL - NAVIO DOS ESTADOS UNIDOS É ATINGIDO POR MÍSSIL NO MAR VERMELHO	20
INTERNACIONAL - MINISTRO ALEXANDRE SILVEIRA REPRESENTA O BRASIL NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL EM DAVOS	21
NACIONAL - BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 3,496 BILHÕES EM 2024	21
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	22
BYD CRIA SEU PRÓPRIO NAVIO CARGUEIRO COM CAPACIDADE PARA 7 MIL CARROS	22
EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO FECHAM 2023 COM US\$ 166,55 BILHÕES EM VENDAS	23
PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO COMPLETA 42 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À CIÊNCIA	24
SANTOS REFORÇA PARCERIAS COM A CAPITANIA DOS PORTOS NA TROCA DE COMANDO DO ÓRGÃO DA MARINHA.....	26
DIRETOR DA BTP É ELEITO PARA COMPOR DIRETORIA DO SOPESP	26
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	27
CRISE CLIMÁTICA PODE CAUSAR PREJUÍZOS DE US\$ 12,5 TRI ATÉ 2050.....	27
EURONAV PLANEJA ADICIONAR 120 NAVIOS A HIDROGÊNIO E AMÔNIA VERDE NA FROTA.....	28
VIBRA EXPANDE CORREDOR DE ELETROPOSTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	30
JORNAL O GLOBO – RJ	30
GOVERNO LULA ARTICULA ENTRADA DE MANTEGA NO CONSELHO DA VALE.....	30
TARCÍSIO DEFENDE QUE CONCESSÃO COM A ENEL EM SP NÃO SEJA RENOVADA: 'A CADA CHUVA DEIXA O PAULISTANO NA MÃO'.....	33
PIB DA CHINA CRESCE CERCA DE 5,2% EM 2023, AFIRMA PREMIER EM DAVOS.....	33
CVM RESPONDE AO INCRA SOBRE DISPUTA PELA ELDORADO E DIZ QUE NÃO HÁ PROVIDÊNCIAS A TOMAR	35
DECISÃO SOBRE A REONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DEVE FICAR PARA FEVEREIRO, DIZ LÍDER DO GOVERNO.....	36
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	37
ALTA DO GASTO OBRIGATÓRIO PODE COLOCAR NOVO ARCAFOUÇO EM XEQUE JÁ EM 2025, DIZ CEO DA BRADESCO ASSET .	37
INDÚSTRIA BRASILEIRA ENFRENTA DESAFIOS PARA PROMOVER TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	40
SEM REFORMA ADMINISTRATIVA, CARGA TRIBUTÁRIA AUMENTARÁ; LEIA ARTIGO	41
HADDAD DISCUTIRÁ COM LIRA MEDIDA QUE REONERA FOLHA DE PAGAMENTOS, DIZ LÍDER DO GOVERNO.....	42
VALOR ECONÔMICO (SP)	43
FT: LULA APOSTA EM VOLTA AO CAPITALISMO DE ESTADO.....	43



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 009/2024
Página 3 de 56
Data: 16/01/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

LULA ORIENTA MINISTROS SOBRE PARTICIPAÇÃO EM CAMPANHAS MUNICIPAIS	48
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,39 BI NA 2ª SEMANA DE JANEIRO	50
MINERADORA DE BITCOIN USA EXCEDENTE DE ENERGIA NO TOCANTINS	50
AGÊNCIA BRASIL - DF	51
FACHIN SUSPENDE DECISÕES QUE IMPEDIAM DEMARCAÇÃO DE TERRA INDÍGENA	51
LULA SANCIONA LEI QUE DEFINE REVISÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS DO SUS.....	52
PORTAL PORTOS E NAVIOS	53
ENSEADA VÊ COMPLEXO COMO ROTA LOGÍSTICA PARA GRANDES COMPONENTES EÓLICOS	53
TEBIG AUMENTA EM 9% MOVIMENTAÇÃO E MELHORA ÍNDICES OPERACIONAIS	54
ESTALEIROS CHINESES TÊM CARTEIRAS REPLETAS DE NAVIOS PARA VEÍCULOS	55
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	56
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	56



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

GOVERNO FEDERAL SANCIONA LEI QUE REGULAMENTA A PRATICAGEM NO BRASIL

Texto confere estabilidade jurídica e regulatória à atividade nos portos brasileiros

Por: *Bárbara Farias*



O prático é o profissional responsável pelas manobras de embarcações nos portos Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta segunda-feira (15) o Projeto de Lei (PL) 757/2022, que regulamenta o serviço de praticagem nos portos do País, conferindo estabilidade jurídica e regulatória à atividade. Para a Praticagem, a medida fortalece as normas instituídas pela Marinha. O prático é o profissional responsável pelas manobras de embarcações nos portos.

Segundo a Praticagem do Brasil, o texto altera a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei 9.537/1997) e a Lei 10.233/2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Além disso, as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem (Normam-311/DPC) ganham força de lei.

Entre os parâmetros acrescentados no PL, estão a escala de rodízio única de atendimento aos armadores, estabelecida pela Marinha para garantir disponibilidade ininterrupta do serviço, evitar a fadiga do prático e assegurar a quantidade mínima de manobras para manter a habilitação.

Ao mesmo tempo, a escala dá autonomia para o prático tomar sempre a decisão mais segura a bordo, sem pressão comercial do armador, que não escolhe quem vai atendê-lo. O sistema atende aos princípios de segurança da Resolução A.960, da Organização Marítima Internacional (IMO).

Outro critério que o projeto insere na lei é a obrigatoriedade do serviço para as embarcações com mais de 500 toneladas de arqueação bruta (AB), salvo as previstas em regulamento da Autoridade Marítima e as classificadas, exclusivamente, para operar na navegação interior com bandeira brasileira, como é o caso dos comboios de balsas que levam a produção do agronegócio pelos rios.

De acordo com o texto, a Autoridade Marítima poderá conceder isenção de praticagem a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira de até 100 metros de comprimento, com pelo menos dois terços da tripulação brasileira. A proposta também deixa claro que o preço do serviço será livremente negociado entre os tomadores e prestadores.

Quanto à questão econômica, o preço do serviço continua livremente negociado entre armadores e Praticagem, porém com intervenção da Autoridade Marítima em caso de abuso ou defasagem. A Marinha poderá formar comissão para emitir parecer sobre o preço, consultando a Antaq. Esse era um pleito dos tomadores do serviço. A nova lei não havia sido publicada no Diário Oficial da União até o fechamento desta edição.

Opiniões do setor

O presidente da Praticagem do Brasil, Bruno Fonseca, ressaltou que a aprovação da lei resulta da articulação do ex-presidente da entidade, Ricardo Falcão, no Congresso Nacional. “Como resultado, temos os melhores padrões regulatórios da atividade, que refletem o índice mínimo de incidentes em nossas águas”.

O membro do Conselho de Administração da Praticagem de São Paulo, Carlos Alberto de Souza Filho, que acompanhou todo o processo, comenta que "a lei incorporou normas infralegais que a Marinha já praticava há mais de 20 anos, dando maior robustez e segurança jurídica. A nova lei fortalece a capacidade regulatória da Marinha".

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/01/2024

PORTEIROS DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ESTÃO COM SALÁRIOS ATRASADOS

Pagamentos de 20 colaboradores da sede administrativa devem ocorrer nesta terça-feira (16)

Por: Bárbara Farias



A X Belmax Service afirma que a previsão é efetuar os pagamentos dos 20 colaboradores nesta terça-feira Foto: Matheus Tagé/AT/Arquivo

Funcionários de uma empresa terceirizada que trabalham nas portarias da sede administrativa do Porto de Santos estão com o salário de janeiro em atraso. A X Belmax Service afirma que a previsão é efetuar os pagamentos dos 20 colaboradores nesta terça-feira (16).

Os porteiros estavam com os vencimentos atrasados há dois meses. Mas, em entrevista para A Tribuna, o advogado do Departamento Jurídico da X Belmax, Alexandre Marcondes Bevilacqua, explicou que "a empresa já efetuou os pagamentos dos salários de dezembro e o 13º dos colaboradores. A previsão é pagar os salários de janeiro nesta terça-feira".

O vencimento dos trabalhadores é depositado no quinto dia útil de cada mês. Sobre o motivo dos atrasos, Bevilacqua esclareceu que a "X Belmax gerencia vários contratos de particulares e públicos e alguns contratantes atrasaram os pagamentos da empresa, que tem uma folha inchada e não conseguiu pagar todos os funcionários".

Entretanto, o advogado afirmou que a Autoridade Portuária de Santos (APS) está com os repasses em dia. Em nota, a APS informou que pretende "quitar os direitos em atraso dos empregados nesta semana, conforme autoriza a Lei de Terceirizações e o Regimento Interno da Licitações e Contratos da APS".

A X Belmax Service foi a vencedora do pregão eletrônico realizado no ano passado. O contrato, no valor global de R\$ 929 mil, teve início em abril de 2023 e dura 12 meses.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/01/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

BID ESTRUTURA "DEPARTAMENTO COMERCIAL" PARA PERNAMBUCO

Estado dá passo fundamental para formular sua política de atração de investimentos, o que pode garantir maiores aportes de financiamentos junto ao BID.

Por Patricia Raposo



Secretários Guilherme Cavalcanti e Maurício Laranjeira registram, em self, a abertura do workshop/foto: Divulgação SDEC

Diversas lideranças de áreas estratégicas do Governo de Pernambuco lotaram o auditório da Copergás, na Zona Sul do Recife, nesta última segunda-feira (15) para participar de uma iniciativa inédita no estado: um treinamento promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para atração de investimentos.

O workshop, que segue até sexta-feira (19) e cujo conteúdo foi criado pelo BID no ano passado, reúne membros de secretarias de Estado, de empresas da administração direta e indireta, além de parceiros de negócios do governo. Empresas como Suape, Adepe, CPRH, Copergás e parceiros como Sebrae, Fiepe, BNDES, Amcham e Banco do Nordeste estavam presentes. A iniciativa partiu da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC).

O entendimento da pasta é que faltam articulação e integração dos entes estaduais que estão no dia a dia da captação de negócios. “A atração de investimentos vem sendo feita de forma aleatória, ou seja, cada um trabalhando à sua maneira, sem articulação”, disse Maurício Laranjeira, secretário executivo para Atração de Investimentos da SDEC.

O que se deseja, segundo ele, é criar uma proposta de valor, um discurso unificado para se chegar ao “produto Pernambuco”. Assim, os que atuam com prospecção de negócios o farão de forma ativa e ordenada, sob uma estratégia única. Em outras palavras, o que se quer é criar um “departamento comercial para o Estado”.

Leonardo Lahud, líder em Comércio e Investimentos do BID, que comanda o programa, disse ao Movimento Econômico que o passo fundamental nesta direção é integrar as equipes. Essa integração permitirá que se unifiquem dados, discursos e estratégias, modelando uma política pública para atração de investimentos.



Leonardo Lahud/Foto SDEC

O governo dispõe da Agência de Desenvolvimento de Pernambuco (Adepe), que sabidamente tem feito um trabalho muito positivo na atração de novos negócios. Em 2023, Pernambuco atraiu R\$ 2,4 bilhões em investimentos por meio de 125 empresas. Considerando apenas o que chegou através do programa de incentivos fiscais (Podepe), a média de investimentos no estado é da ordem de R\$ 500 milhões ano – 2022 foi um ano fora da curva devido à chegada da Blau Farmacêutica. A Adepe, porém,

é um braço operacional e o que Lahud defende é que exista um braço estratégico.

O Complexo Industrial Portuário de Suape é outra âncora para atração de investimentos. Márcio Guiot, presidente de Suape, disse que, ao chegar a Pernambuco, lhe foi dito que Suape se vende sozinho. “Imagina se pudermos embalar esse equipamento melhor”, disse Guiot numa declaração de apoio à iniciativa da SDEC.

Não só embalar, mas preparar o cenário para atrair os investidores. Segundo o BID as principais variáveis para atrair negócios são inovação e localização. Neste sentido, Pernambuco tem pontos positivos, já que está no centro do Nordeste e a conta com o ecossistema do Porto Digital.

Corrente de comércio

Um fator que chamou atenção do BID é que a participação do estado na corrente de comércio do Brasil é de apenas 1,7%. Para Xavier Casademunt, o professor de estratégia e consultor externo do BID, que está à frente do treinamento, não é possível dissociar atração de investimentos do fluxo de comércio. E ele sugere um olhar muito atento às importações. Para o BID, a sinergia entre atração de investimentos e comércio exterior é muito relevante. O que o estado teria como vantagem competitiva para produzir internamente em vez de importar?



Xavier Casademunt/Foto: SDEC

Desburocratização

Outro ponto imperativo é um ambiente de negócio sadio, o que passa pela desburocratização. Esse ambiente tem que ser previsível, seguro, prático e amigável.

Estímulo a pequenas e médias empresas é outro ponto fundamental. E no workshop os agentes públicos vão entender com o podem fazer isso, se baseando nas experiências de outros locais no mundo.

Pernambuco é o primeiro estado da região Nordeste a participar desta iniciativa, que já ocorreu apenas em Santa Catarina e Mato Grosso. O resultado desse workshop pode ampliar as linhas de financiamento do BID para Pernambuco. E o tempo de resposta para se colher resultados vai depender do engajamento dos agentes públicos e de como o estado vai cobrar deles resultados.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 16/01/2024

PARQUE EÓLICO VAI RECEBER INVESTIMENTO SUPERIOR A R\$ 3 BILHÕES NO INTERIOR DA BAHIA

A ser instalado no Centro-Norte da Bahia, o empreendimento vai gerar energia suficiente para abastecer 1,37 milhão de domicílios.

Da Redação ME



A foto é de outro parque da empresa Casa dos Ventos que foi pioneira na implantação de grandes parques eólicos no Brasil. Foto: Divulgação

O Complexo Eólico Babilônia Centro receberá um investimento superior a R\$ 3,16 bilhões, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É o maior financiamento em energia renovável concedido pela instituição financeira. A partir de 2025, o empreendimento vai fornecer 40% da energia consumida pela ArcelorMittal Brasil, multinacional

que produz aço e é uma grande consumidora de energia.

Para o leitor ter ideia, o empreendimento vai gerar energia suficiente para abastecer 1,37 milhão de domicílios. O parque será instalado nas cidades Morro do Chapéu e Várzea Nova, no Centro Norte da Bahia. O primeiro município fica a cerca de 12 km da linda Chapada Diamantina. O empréstimo de R\$ 3,16 bilhões foi concedido à Ventos de Santos Antônio Comercializadora de Energia S.A., representando 80% do total a ser investido no projeto.

O empreendimento a ser instalado resulta numa joint-venture entre a empresa de energia renovável cearense Casa dos Ventos e a multinacional ArcelorMittal. Quando entrar em operação, 40% do consumo elétrico da ArcelorMittal do Brasil vai sair do Complexo Babilônia Centro. O parque terá 123 aerogeradores, uma capacidade instalada de 553,5 megawatts (MW) e uma produção de energia estimada em 267 MW médios.

A estimativa é de que sejam criados 1.500 postos de trabalho diretos e 3.000 indiretos durante a fase de instalação do complexo. Depois da conclusão, o empreendimento vai empregar diretamente 80 funcionários e indiretamente outros 150 trabalhadores.

O complexo vai permitir que a ArcelorMittal Brasil seja autoprodutora de energia por meio do maior contrato corporativo de energia renovável celebrado no país. “Essa operação reforça o compromisso do BNDES com projetos de geração renovável de grande escala, na busca por uma matriz energética cada vez mais sustentável para o Brasil, com produção de energia limpa e estímulo à descarbonização”, afirmou o presidente do banco de fomento, Aloizio Mercadante. Os projetos financiados pelo BNDES representam 57,5% do total da capacidade eólica instalada no Brasil, que é de 28,7 GW, segundo informações da instituição.

“O avanço da implantação deste projeto é um marco importante para a ArcelorMittal, porque está em linha com o nosso objetivo global de ser carbono neutro até 2050 e reduzir em 25% as emissões específicas até 2030. O Complexo Eólico Babilônia Centro vai assegurar energia limpa e contribuir para a descarbonização das operações da empresa no Brasil. O investimento em energia renovável é fundamental para uma economia de baixo carbono e um futuro sustentável”, disse o presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO Aços Longos e Mineração Latam, Jefferson De Paula.

“Efeitos multiplicadores”, do parque eólico

Para o diretor-executivo da Casa dos Ventos, Lucas Araripe, o empreendimento trará efeitos multiplicadores na economia local. “Nossos projetos eólicos no semiárido brasileiro são motores de mudança social: geram empregos, intensificam a economia e potencializam a arrecadação municipal; essas ações transformam a realidade das regiões, promovendo o desenvolvimento sustentável e melhorando a qualidade de vida das comunidades”, argumentou.

Uma rede de média tensão levará a energia produzida pelos aerogeradores à subestação coletora do Babilônia Centro. A partir daí, a conexão com o Sistema Interligado Nacional será feita por uma linha de transmissão de aproximadamente 17 km até a subestação Orolândia II, que já está em operação.

O complexo eólico evitará a emissão anual de aproximadamente 950 mil toneladas de Co2 na atmosfera, segundo um cálculo feito pelo Método Ajustado do Ministério da Ciência e Tecnologia do País. Ainda de acordo com o BNDES, a instituição financiou, desde o ano de 2000, cerca de 70% do aumento de capacidade de geração do país, correspondentes a 78,8 GW adicionais, dos quais 86% foram de fontes renováveis.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 16/01/2024

PORTO DO PECÉM BATE RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES COM ALTA DE 16%

Crescimento foi impulsionado por melhorias de infraestrutura e operacionais nas quais o Porto do Pecém vem investindo de forma contínua e também por maior agressividade comercial

Por Fernando Ítalo



Carga containerizada representa 36% das operações no Porto do Pecém/Foto: Complexo do Pecém (Divulgação)

Consolidado como um dos principais ancoradouros do Nordeste e um dos mais importantes na carga containerizada, o Porto do Pecém (CE) fechou 2023 com um crescimento de 16% no setor em relação a 2022. A movimentação atingiu 482.930 TEUs (unidade padrão de contêiner de 20 pés), um recorde histórico no complexo. A meta projetada para 2024 é de meio milhão de TEUs.

O recorde anterior tinha sido registrado em 2022, quando o Porto do Pecém atingiu a marca de 417.132 TEUs. No ano passado, foram movimentados 33 mil contêineres a mais.

Confira a série histórica de contêineres no Porto do Pecém (2023)

- 2016 = 171.067 TEUs
- 2017 = 209.623 TEUs
- 2018 = 267.217 TEUs
- 2019 = 339.742 TEUs
- 2020 = 377.726 TEUs
- 2021 = 410.557 TEUs
- 2022 = 417.132 TEUs
- 2023 = 482.930 TEUs

Sentido da carga containerizada em Pecém (2023)

- Embarques de contêineres: 218.088 TEUs
- Desembarque de contêineres: 234.074 TEUs

Porto do Pecém destaca melhoria operacional e agressividade



Exportações de frutas por Pecém devem crescer 6% na temporada 2023-2024/Foto: José Leomar (SVM)

Para o diretor comercial do Porto do Pecém, André Magalhães, o crescimento em contêineres movimentados reflete principalmente as melhorias de infraestrutura e operacionais que vêm sendo realizadas no ancoradouro para otimizar as condições oferecidas para a carga containerizada, tanto na exportação, quanto na importação.

Ele credita o incremento também a uma ação comercial mais agressiva junto a exportadores, importadores e companhias de navegação.

“Superamos todos os recordes anteriores com um nível sem precedentes de movimentação de carga containerizada. Nosso esforço, juntamente com nossos clientes, parceiros, prestadores de serviços e a eficiência operacional do complexo, nos permitiu movimentar maiores volumes de carga”, analisa.

“Por cinco meses consecutivos, batemos recordes históricos em contêineres em 2023. Isso se deve ao imenso trabalho das nossas equipes operacional e comercial. Também conseguimos novas linhas marítimas, incluindo na cabotagem, e otimizamos nosso pátio durante a seca do Rio Amazonas, para criar uma alternativa na logística portuária para a região Norte”, comenta.

“Esses fatores contribuíram para um incremento significativo na exportação de frutas por Pecém e na movimentação de equipamentos para energia solar”, destaca. Na movimentação de frutas frescas, oriundas dos polos de irrigação do Nordeste, o porto prevê uma alta de 6% na temporada 2023/2024, iniciada em agosto passado.

Principais cargas containerizadas no Porto do Pecém (em toneladas) em 2023

- Sal, enxofre, gesso, cal, cimento, terras e pedras (718.838 t)
- Cereais (700.722 t)
- Plásticos e suas obras (422.912 t)
- Frutas (233.702 t)
- Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (211.692 t)

Veja o desempenho do Pecém em outras cargas

A carga containerizada se firma como uma das principais no mix do ancoradouro do porto. Representou 36% de toda a movimentação em Pecém, em 2023, e vem obtendo salto ano a ano.

Para se ter a dimensão dessa importância, em 2023, o volume total movimentado no Porto do Pecém chegou a 17,3 mil toneladas, variação positiva de 2% sobre 2022, crescimento muito abaixo do alcançado em contêineres.

Entre as outras cargas, o maior destaque foi o granel sólido, em especial minérios, escórias e combustíveis minerais.

Movimentação total no Porto do Pecém em toneladas (2023)

42% – Granel sólido: 7.330.870 toneladas movimentadas

36% – Contêineres: 6.272.025 toneladas movimentadas

21% – Carga solta: 3.663.276 toneladas movimentadas

1% – Granel líquido: 123.751 toneladas movimentadas

H2V pode mudar cenário em Pecém

A participação por tipo de carga no mix do Porto do Pecém tende a sofrer grande alteração nos próximos anos, com a entrada em operação do Hub do H2V, articulação bilionária do governo cearense com players do setor para implantar no porto um cluster de hidrogênio verde.

O objetivo da iniciativa é transformar Pecém numa plataforma global de produção, exportação, pesquisa e desenvolvimento de H2V, amônia verde e outros subprodutos do hidrogênio.

A expectativa para o projeto é alta. O Ceará já tem 30 acordos com instituições parcerias e empresas (nacionais e internacionais), que sinalizam para investimentos de US\$ 30 bilhões de dólares (R\$ 145,7 bilhões de reais) em toda a cadeia do H2V e derivados.

Com a implementação desse polo, a tendência no Pecém é de aumento na movimentação de granéis líquidos, já que o H2V e seus subprodutos são transportados em navios-tanque.

Saiba mais sobre Pecém

O Porto do Pecém, equipado com 10 berços de atracação, é um terminal multicargas que movimenta granéis sólidos, granéis líquidos, contêineres e cargas em geral. Na cadeia logística do transporte marítimo, é considerado um hub portuário (porto concentrador de cargas), conectado por sete linhas de cabotagem e três de longo curso. O porto integra o Complexo do Pecém (CIPP S/A), uma joint venture entre o Governo do Ceará e o Porto de Roterdã (Holanda).

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 16/01/2024

EMPRESA BAIANA SE CONSOLIDA COMO QUINTA MAIOR DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL DO BRASIL

Por Emilly Lima - 15/01/2024 18:59 - Atualizado 16/01/2024



Conhecida como uma das principais distribuidoras de combustíveis do Brasil, a Larco Petróleo, empresa originária da Bahia, destaca-se como a de maior crescimento no setor. A distribuidora comemora significativos avanços ao iniciar o ano de 2024, marcando presença no cenário nacional. Entre os destaques, a empresa inicia o novo ano com o fortalecimento de sua participação de mercado, conquistando a 4ª posição em diesel e a 5ª posição em gasolina no Brasil, conforme os dados de novembro de 2023 divulgados pela ANP (Agência Nacional do

Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Além disso, a empresa supera recordes de vendas ao duplicar a quantidade de combustíveis comercializados, ultrapassando sua meta e encerrando o ano com mais de 150 postos distribuídos pelo Brasil. Segundo o Anuário Valor 1000 – edição 2023, do jornal Valor Econômico, a Larco atinge a 1ª posição entre as 10 principais empresas em rentabilidade no setor de petróleo e gás no Brasil.

Destacando-se regionalmente, a distribuidora assume a 9ª posição entre as 50 maiores empresas do Nordeste, avançando duas posições em relação ao ano anterior. No ranking geral, a empresa sobe seis posições, agora ocupando a 129ª colocação entre as 1000 maiores empresas do país. Outro feito notável é a conquista da 5ª posição entre as maiores empresas de petróleo e gás do Brasil.

O diretor executivo da Larco, Alberto Costa Neto, afirma: “Estamos constantemente buscando nossa própria superação para alcançar os melhores resultados e novas expansões. Esses dados nos motivam a conquistar ainda mais recordes. Continuamos a expandir nossas operações, adentrando novos estados e investindo em novas bases, uma delas com previsão de inauguração para o primeiro semestre de 2024. Queremos, a todo momento, proporcionar mais e melhor para nossos clientes e para o mercado.”

Com 23 anos de atuação, a Larco possui 16 operações estrategicamente distribuídas em 14 estados brasileiros e no Distrito Federal. Contando com uma frota própria de mais de 400 veículos, incluindo super bitrens, bitrens, trucks e carretas, a empresa investe significativamente em sua estrutura, inovação nos processos e na expansão contínua de sua rede de postos.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 16/01/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SETOR AQUAVIÁRIO - ATIVIDADE DE PRATICAGEM É SANCIONADA E PASSA A TER REGRAS ESPECÍFICAS

Medidas devem garantir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços e profissionais que atuam nos portos brasileiros



Sancionada lei que garante segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços e profissionais da praticagem - Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta segunda-feira (15) as regras da atividade de praticagem no país. Profissão antiga e bastante requisitada nos tempos de hoje, a praticagem é a atividade de condução de grandes embarcações durante as manobras de atracação e desatracação dos portos. Com o Projeto de Lei (PL) sancionado, o Governo Federal reconhece a

importância dos profissionais para o setor e reforça a segurança das estruturas portuárias, favorecendo a competitividade dos portos brasileiros.

A sanção do PL 757/2022 ocorreu durante cerimônia realizada no Palácio do Planalto. Presente na solenidade, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, comemorou a regulamentação da atividade e reforçou a importância que os profissionais representam para o modal marítimo do país. Atualmente, os portos são responsáveis por mais de 95% de nossa balança comercial.



“Essa é uma medida essencial para garantir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços e profissionais que se dedicam integralmente para atender às demandas que existem nos nossos portos. Temos a absoluta certeza de que essa lei representará mais um grande avanço no desenvolvimento do nosso sistema portuário, pois tornará o modal mais seguro e competitivo, de modo a favorecer o setor produtivo e a economia brasileira, atraindo mais investimentos e a geração de novos empregos”, indicou Costa Filho.

O serviço de praticagem tem como objetivo a preservação do meio ambiente, a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a proteção dos portos. Entre os pontos essenciais que o PL garante está o fomento à navegação de cabotagem, pois traz de forma mais objetiva e concreta a possibilidade da autoridade marítima de habilitar comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira a executarem manobras sem a necessidade de práticos.

Vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos e diretor do Conselho Nacional de Praticagem (Conapra), Ricardo Falcão resalta que as novas regras assinadas pelo presidente Lula estão alinhadas às práticas vigentes nos principais mercados mundiais, como França, Estados Unidos, Alemanha, China e Coreia do Sul. "Existe um padrão mundial de funcionamento da atividade, com isso o profissional ganha uma estabilidade de funcionamento, um arcabouço jurídico muito mais forte. É o padrão que o mundo todo opera", afirmou Falcão.

Regulação da profissão

O PL sancionado mantém a Marinha do Brasil na condição de autoridade marítima que detém a competência para a regulação econômica da atividade, incluindo a homologação da escala de rodízio único. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) atuará mediante comissão temporária, de natureza consultiva, que auxiliará a Marinha nas tomadas de decisão sobre eventual abuso de poder econômico nos serviços de praticagem. A composição da comissão também inclui representantes da entidade prestadora do serviço e do armador tomador desse serviço na respectiva zona.

A lei assegura a todo prático o livre exercício do serviço, atendida a regulação técnica e econômica da atividade. O texto prevê a possibilidade da criação de comissão temporária de natureza consultiva presidida pela Marinha do Brasil com a participação da Antaq para auxiliar em decisões sobre o preço praticado pela atividade.

Tramitação no Congresso

No dia 12 de dezembro de 2023, o Projeto de Lei (PL) 757/2022 que regula os serviços de praticagem e mantém a Marinha como a autoridade marítima do setor foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. No mês anterior, o tema havia sido amplamente debatido e aprovado pela Câmara dos Deputados.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/01/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – SEGURANÇA MARÍTIMA E ECONOMIA GLOBAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Os recentes ataques a navios comerciais no Golfo de Aden, atribuídos ao grupo rebelde houthi, destacam a urgência de abordar a falta de segurança na região. Tais incidentes não apenas representam uma ameaça direta à vida e à propriedade, mas também têm implicações significativas para o comércio internacional.

O ataque ao M/V Gibraltar Eagle, uma embarcação comercial americana, ontem, dia 15, é uma clara violação da segurança marítima e uma afronta à estabilidade na região. Esses eventos criam um



ambiente de alto risco para navios comerciais que viajam próximo ao Iêmen, afetando as rotas tradicionais no Mar Vermelho.

A insegurança no Mar Vermelho não é apenas uma questão regional; ela reverbera globalmente, já que as empresas de navegação são forçadas a evitar rotas mais curtas, como o Canal de Suez, adotando alternativas mais longas. Essa instabilidade não só encarece as operações de transporte, mas também compromete o fluxo eficiente de mercadorias entre a Europa e a Ásia.

A comunidade internacional precisa tomar medidas decisivas para garantir a segurança no Mar Vermelho. Isso inclui uma abordagem cooperativa para conter grupos como os houthis, que comprometem a segurança global ao usar táticas de terrorismo para expressar suas afiliações políticas.

Além das ações reativas, é crucial implementar estratégias preventivas e colaborativas para dissuadir futuros ataques. Isso pode envolver cooperação regional, patrulhas marítimas conjuntas e o reforço das medidas de segurança em rotas críticas.

A falta de segurança no Mar Vermelho não é apenas um desafio regional; é uma preocupação global que exige uma resposta coordenada e eficaz. A interrupção desses ataques não é apenas uma questão de proteção aos interesses individuais, mas uma necessidade para preservar a estabilidade do comércio internacional e a economia global como um todo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

INÍCIO DOS TRABALHOS

As obras da Ponte Penedo Neópolis, ligando Alagoas e Sergipe, devem começar efetivamente nos próximos 60 dias. O prazo foi destacado pelo ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), no evento de assinatura da ordem de serviço do empreendimento, no último sábado, em Penedo (AL). “A partir de agora, a empresa responsável pela obra começará os trabalhos iniciais para que a construção possa começar. O prazo para essa fase é de no máximo 60 dias. Isso significa que, em dois meses, os trabalhadores já estarão atuando na construção da ponte, fincando as estacas e toda a estrutura necessária”, afirmou o emedebista.

EM DAVOS 1

A agenda do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, começa nesta terça-feira. Ele participará do painel A Transformação Sustentável do Brasil, destacando os projetos de transição energética e descarbonização do País. Amanhã, ele se reunirá com o ministro do Meio Ambiente suíço, Alberto Rösti.

EM DAVOS 2

Nesses encontros, Silveira pretende cobrar uma maior participação dos países desenvolvidos no cumprimento das metas ambientais. “Estamos preparados e dispostos a ocupar nossa posição de destaque para descarbonização da matriz energética do planeta. Mas é preciso que os países desenvolvidos também façam a sua parte”, disse.

PLANOS APROVADOS 1

A companhia aérea Azul é a primeira da América Latina a ter seus planos de neutralidade climática, ou seja, suas metas de redução de emissão de CO2, aprovados pela Science Based Targets Initiative (SBTi) - iniciava conjunta do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e de instituições científicas para acompanhar os esforços de sustentabilidade das empresas. O objetivo da Azul é ser net zero até 2045, cinco anos antes do que o previsto para a aviação global.

PLANOS APROVADOS 2

O vice-presidente de Pessoas, Clientes e ESG da Azul, Jason Ward, destacou que essa aprovação - "inédita para uma companhia aérea" - é movo de orgulho para a empresa. "Contar com esse aval da SBTi é um passo muito importante, porque trabalhamos para ser referência em gestão de mudanças climáticas para o setor no Brasil e na América Latina", afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024

NACIONAL - PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA A PRATICAGEM É SANCIONADO

Segundo o ministro de Portos, "a medida é essencial para garantir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços" do setor

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br



A cerimônia de sanção do presidente Lula ao projeto de lei que regulamenta a praticagem contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho Crédito: Ricardo Stuckert

O Projeto de Lei que regulamenta a praticagem foi sancionado sem vetos nesta segunda-feira, 15, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ato contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, no Palácio do Planalto.

Costa Filho afirmou que "a medida é essencial para garantir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços da praticagem".

O texto foi aprovado em dezembro pela Comissão de Infraestrutura do Senado em caráter terminativo, ou seja, não passou pelo plenário do Senado.

O relatório foi do deputado Coronel Meira (PL-PE). No parecer, o parlamentar ressaltou que embora houvesse previsão legal para a autoridade marítima, exercida pelo Comando da Marinha, fixar o preço desse serviço, era essencial.

Com isso, caso o Comando da Marinha seja acionado por empresas de navio ou de entidades de prático sob o argumento de abuso de poder econômico ou de defasagem dos valores, poderá formar e presidir um comitê temporário para fixar valores do serviço em caráter extraordinário, excepcional e temporário. Esse preço fixado terá validade de até 12 meses, prorrogável por igual período.

Podem integrar o comitê representantes da entidade prestadora de serviço de praticagem, do armador tomador de serviços de praticagem da respectiva zona e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O parecer deverá ser emitido em até 45 dias.

Mas, segundo a nova lei, a regulação econômica proposta é uma exceção à livre negociação dos preços entre os práticos e as embarcações e vai respeitar a livre negociação e poderá levar em conta a atualização monetária anual, os preços costumeiramente praticados em cada zona de praticagem, os contratos vigentes, o tempo e a qualidade do serviço.

Isenção

De acordo com o texto, a autoridade marítima poderá conceder, exclusivamente a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira até o limite de 100 metros de comprimento, um certificado de isenção de praticagem.

O navio deverá ter ainda pelo menos 2/3 de tripulação brasileira para contar com o certificado, que habilitará o comandante a conduzir a embarcação no interior de zona de praticagem ou em parte dela.

Mas a isenção não dispensará o tomador do serviço de praticagem do porto de pagar remuneração devida à praticagem local pela permanente disponibilidade do serviço nem de comunicar à coordenação sobre o trânsito pretendido no caso de embarcações com arqueação bruta equivalente a 500 ou mais.

Obrigatoriedade

A praticagem poderá ser dispensada no caso de embarcações regionais, empurradores, balsas e comboio integrado de balsas, classificadas para operar exclusivamente na navegação interior, independentemente da arqueação, contanto que tenham bandeira brasileira.

Também não será obrigatória em situações previstas em regulamento específico pela autoridade marítima. Em todas as zonas de praticagem para embarcações com mais de 500 de arqueação bruta, o serviço de praticagem será obrigatório.

Em cada zona de praticagem deverá haver uma escala de rodízio única homologada pela autoridade marítima a fim de garantir a frequência de manobras que assegure a proficiência, a distribuição equânime e a disponibilidade permanente do serviço.

Lotação

O relatório detalha critério para a autoridade marítima fixar a lotação de práticos necessária em cada zona de praticagem. São elas o número e a duração média das manobras de praticagem em cada zona nos 24 meses anteriores à fixação; alterações significativas e efetivas que afetem o movimento de embarcações na zona de praticagem.

Habilitação

O novo texto assegura a todo prático o livre exercício do serviço, atendida a regulação técnica e econômica da atividade. Para manter a habilitação obtida junto à autoridade marítima, o prático deverá cumprir uma frequência mínima de manobras estabelecida pelo Comando da Marinha, realizar cursos de aperfeiçoamento determinados pela autoridade marítima.

Recursos

A matéria acaba com a exigência de depósito prévio do valor de multa para apresentação de recurso contra sua aplicação em processos administrativos previsto na Lei 9.537/1997, sobre segurança do tráfego aquaviário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024

NACIONAL - GOVERNO IRÁ PREMIAR TRABALHOS SUSTENTÁVEIS DE EMPRESAS AÉREAS

Inscrições para o Programa Sustentar e o Aeroportos Sustentáveis estão abertas

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO redacao@portalbenews.com.br



O Programa Sustentar premia, por exemplo, os operadores aéreos de acordo com as melhores práticas para a redução dos impactos da aviação civil no meio ambiente Crédito: Divulgação

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) abriu inscrições para dois projetos que visam incentivar práticas sustentáveis no modal aéreo, que incluem a participação de empresas e administradores aeroportuários. O 'Programa Sustentar' e o 'Aeroportos Sustentáveis' têm como foco o estímulo

de práticas que alinham desenvolvimento e cuidado ao meio ambiente. As inscrições ficam abertas até o dia 2 de fevereiro.

O projeto Aeroportos Sustentáveis busca reconhecer e dar visibilidade às ações implementadas pelos operadores aeroportuários ou proprietários de aeroportos. O programa avalia, entre outras ações, critérios que consideram temas como inventário de emissões, qualidade do ar, mudanças climáticas e ruído.

As inscrições para a quinta edição do Aeroportos Sustentáveis pode ser feitas através do e-mail meioambiente@anac.gov.br, com o operador aéreo sinalizando o interesse em participar do projeto. A participação no programa pelos operadores é facultativa.

Todas as informações sobre o Aeroportos Sustentáveis estão disponíveis para consulta na página da Anac na internet (www.gov.br/anac).

Aviação sustentável

Desde a sua primeira edição em 2021, o Programa Sustentar é um instrumento para mensurar ações que estão sendo desenvolvidas e adotadas por companhias aéreas e empresas de táxi-aéreo brasileiras. O programa premiará os operadores aéreos de acordo com as melhores práticas para a redução dos impactos da aviação civil no meio ambiente e o desenvolvimento de planos de ação para atuar nos diversos temas ambientais.

As empresas inscritas no programa serão separadas em dois grupos. Os operadores que obtiverem as melhores pontuações dentro de cada grupo, de acordo com os critérios estabelecidos no edital, serão premiados e terão seus trabalhos reconhecidos pela agência reguladora.

Informações adicionais do Programa Sustentar também podem ser acessadas no site da Anac.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024

REGIÃO SUDESTE - ORDEM PARA OBRAS DO AEROPORTO DE GUARUJÁ ESTÁ PREVISTA PARA FEVEREIRO

Portaria que autoriza implantação do novo terminal está sob análise da Secretaria Nacional de Aviação Civil

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



Prevista para durar seis meses, a implantação da primeira fase de obras permitirá ao Aeroporto de Guarujá pousos e decolagens de aeronaves para até 72 passageiros Crédito: Divulgação/Prefeitura de Guarujá

está prevista para ocorrer em fevereiro.

O município de Guarujá (SP) vive a expectativa para a assinatura da ordem de serviço que permitirá o início das obras da primeira fase do Aeroporto Civil Metropolitano, que será instalado dentro da Base Aérea de Santos. De acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB), a liberação

Inicialmente, a Prefeitura de Guarujá havia informado ao BE News que aguardava um posicionamento do Comando da Aeronáutica (Comaer) para poder fazer a ordem de serviço a respeito das obras do novo terminal.

A Força Aérea afirmou, em nota, que a portaria que dispõe sobre o Zoneamento Civil-Militar do Sítio Aeroportuário da Base Aérea de Santos (SBST), a qual previa a implantação do Aeroporto Civil Metropolitano do Guarujá, perdeu a sua validade por decurso do prazo.

Ainda de acordo com a organização militar, a nova portaria está sendo providenciada pelo Comaer e também pela equipe da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC). O documento se encontra sob análise da SAC.

A partir da assinatura e publicação desta portaria, fica permitido o início das obras por parte da Prefeitura, que fez a contratação de uma empresa por meio de edital de licitação.

No mês passado, o prefeito da cidade, Válter Suman (PSDB) cumpriu agenda em Brasília antes do período de recesso na Capital Federal, onde foram discutidas ações para agilizar a burocracia junto à SAC.

Também no mês passado, o secretário de desenvolvimento econômico e portuário de Guarujá, Leonardo Gazillo, se reuniu com a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, e discutiram o plano de ações e o cronograma de obras.

No mês de outubro, durante visita ao Porto de Santos, o ministro Silvio Costa Filho anunciou que a ordem de serviço do aeroporto aconteceria no mês de dezembro.

Licitação

A Prefeitura de Guarujá homologou a empresa vencedora da licitação referente à primeira fase de obras do Aeroporto. A empresa vencedora foi a Terracom Construções Ltda, que apresentou o valor de proposta de R\$ 19 milhões, atendendo todas as exigências.

Após a execução dos serviços, prevista para durar seis meses, conclui-se a implantação da primeira fase, que permitirá pousos e decolagens de aeronaves para até 72 passageiros (jatinhos e turboélices).

Segundo a Prefeitura, a operação para pousos e decolagens no terminal está prevista para acontecer no final de 2024.

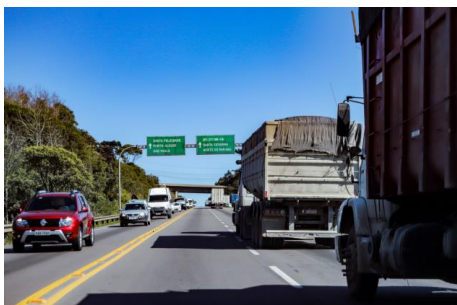
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024

REGIÃO SUL - CONCESSIONÁRIA QUE ARREMATOU LOTE 1 DAS RODOVIAS DO PR ABRE 682 VAGAS DE EMPREGO

Segundo a Via Araucária, a contratação será para as áreas administrativas e operacionais

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



A previsão é de que a concessionária invista cerca de R\$ 7,9 bilhões em obras em trechos das rodovias BR-277, BR-373, BR-376, BR-476, PR-418, PR-423 e PR-427 Fotos: Roberto Dziura Jr./AEN

A Via Araucária, concessionária vencedora do leilão do Lote 1 do sistema rodoviário do Paraná, anunciou que vai fazer a contratação de 682 colaboradores para um total de 15 cidades do estado. A empresa vai administrar 473 quilômetros de rodovias federais e estaduais entre Curitiba, Região

Metropolitana, Região Centro-Sul e Campos Gerais.

As vagas da Via Araucária são para as cidades de Curitiba, Araucária, Campo Largo, Guamiranga, Ibituva, Ipiranga, Irati, Lapa, Palmeira, Porto Amazonas, Prudentópolis, Relógio, São Luiz do Purunã e Teixeira Soares.

Os interessados devem entrar no site <https://vempraviaaraucaria.gupy.io/> e fazer a inscrição.

De acordo com a empresa, serão contratados tanto profissionais administrativos quanto operacionais. Todos os serviços operacionais começam a funcionar assim que a empresa iniciar efetivamente as atividades e cobrança do pedágio, o que deve ocorrer um mês após a assinatura do contrato.

“A Via Araucária está comprometida em impulsionar a economia local através da criação de empregos, pois confiamos que investir nas pessoas é o caminho para o desenvolvimento sustentável da nossa região”, comentou o diretor-presidente da Via Araucária, Sérgio Santillan.

Entre os técnicos a serem contratados estão agentes de tráfego, operadores das cabines de pedágio, mecânicos, motoristas, operadores de equipamentos de pintura, técnicos de eletrônica, profissionais de sinalização rodoviária, entre outros.

Vencedora do leilão promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e realizado no ano passado, a Via Araucária deverá assinar o contrato de concessão no final do mês de janeiro, com validade de 30 anos de concessão.

A previsão é de que a concessionária invista cerca de R\$ 7,9 bilhões em obras de melhorias e manutenção em trechos das rodovias BR-277, BR-373, BR-376, BR-476, PR-418, PR-423 e PR-427. Segundo o planejamento previsto, 75% dos investimentos serão feitos nos primeiros anos do contrato, entre 2024 e 2030.

A empresa também deverá arcar com aproximadamente R\$ 5,2 bilhões em custos operacionais durante o período.

Outros lotes

Segundo informou o Governo do Paraná, o Lote 2 do sistema rodoviário, cujo leilão foi arrematado pelo Grupo EPR, terá seu contrato de assinatura de concessão no mês de fevereiro.

O Lote 2 engloba rodovias federais e estaduais, com foco principal em melhorias na BR-277, principal acesso terrestre para entrada e saída do Porto de Paranaguá, no litoral do estado.

O segundo lote tem uma extensão total de 605 quilômetros e receberá investimentos de R\$ 10,8 bilhões em obras.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou na semana passada que os leilões dos lotes 3 e 6 do sistema rodoviário devem ser realizados ao longo de 2024.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/01/2024

REGIÃO SUL - ROBISON COELHO ASSUME A SECRETARIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS DE SC

Ele, que já atuava como secretário adjunto, vai responder pela pasta durante o período de afastamento do titular Beto Martins

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Portuário e empresário do setor de comércio exterior, Robison Coelho é mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial pela Universidade Federal de Santa Catarina. Crédito: Roberto Zacarias/Secom

Robison Coelho assumiu na segunda-feira (15) a Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) de Santa Catarina. Natural de Itajaí, ele já atuava como adjunto, mas passará a responder pela pasta durante o período de afastamento do secretário Beto Martins, que

retornará ao cargo em março. A transição foi definida pelo governador Jorginho Mello (PL) nas últimas semanas.

No cargo de secretário adjunto desde a criação da pasta, em março de 2023, Robison Coelho tem acompanhado todas as ações e investimentos que o estado vem fazendo para apoiar a logística catarinense.

“A orientação é dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido na SPAF, sob a liderança de Beto Martins. Temos ações em andamento nos portos, aeroportos e ferrovias do estado. Tivemos crescimento no investimento e no desempenho de todos estes setores. O governo tem se mostrado muito próximo do setor logístico que é tão importante para a economia de Santa Catarina e nosso objetivo é estreitar ainda mais estes laços”, comentou Coelho.

Natural de Itajaí, Robison Coelho tem 45 anos, é mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial pela Universidade Federal de Santa Catarina. É portuário, empresário do setor de comércio exterior e atuou como professor universitário.

“O trabalho na SPAF desde o seu início foi compartilhado com o Robison e a equipe. Então a titularidade dele nos próximos 45 dias só vem para enriquecer as ações e conquistas que temos obtido neste importante setor da economia catarinense”, afirmou Beto Martins.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024

MERCOSUL - BRASIL E PARAGUAI BUSCAM ENTENDIMENTO SOBRE PREÇO DA ENERGIA DE ITAIPU

Lula se mostrou otimista após encontro com presidente do país vizinho, mas algumas divergências persistem

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Lula se reuniu com o presidente do Paraguai, Santiago Peña, no Palácio Itamaraty e se mostrou disposto a se deslocar até o país vizinho a fim de resolver a questão Crédito: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu na segunda-feira, dia 15, com o presidente do Paraguai, Santiago Peña, no Palácio Itamaraty, para dar continuidade às negociações sobre o preço da energia proveniente da hidrelétrica binacional de Itaipu, localizada na fronteira entre os dois países.

Apesar de ainda não haver um acordo, Lula expressou otimismo em relação às negociações e disposição para se deslocar até o Paraguai a fim de resolver a questão. Em coletiva de imprensa após o encontro, o presidente afirmou: “Eu disse ao presidente Santiago Peña: agora não é ele quem deve vir ao Brasil, é o Brasil que deve ir a Assunção, para que possamos dar continuidade às tratativas e encontrar uma solução definitiva”.

O tema vem sendo discutido com cautela entre os dois governos, visto que o Paraguai busca um reajuste tarifário, propondo um aumento de 24%, enquanto o Brasil defende a manutenção ou redução do valor atual.

A tarifa, que está temporariamente fixada em US\$16,71 por unidade de energia, é um assunto importante nas conversas entre Brasil e Paraguai. A taxa é dividida entre os dois países e é usada para cobrir despesas, como a operação e manutenção da usina.

Seguindo a proposta de aumento feita pelo Paraguai, o valor da taxa de energia seria ajustado para US\$20,75, equivalente a R\$103,48 reais. Embora a produção de energia seja dividida igualmente entre os dois países, o Brasil compra uma parte extra da energia do país vizinho porque o Paraguai não consegue usar tudo que gera. Portanto, se a tarifa aumentar, o Paraguai arrecada mais dinheiro.

Santiago Peña destacou a boa relação comercial que o Paraguai mantém com o Brasil e mostrou-se confiante diante do desafio da geração de energia elétrica sustentável. “Paraguai e Brasil são campeões na geração de energia elétrica, mas temos que olhar para o futuro. Eu sou muito ambicioso com o que podemos atingir”, declarou o presidente do Paraguai.

Com o intuito de exercer pressão sobre o Brasil, o governo de Peña bloqueou o orçamento da usina para o ano de 2024, resultando em atrasos nos pagamentos aos funcionários, prestadores de serviços e fornecedores, tanto do lado paraguaio quanto do brasileiro, no início deste ano.

No mercado energético, o Paraguai quer não apenas um aumento no preço dessa energia extra, mas também quer vender a energia não utilizada pelo Brasil para outros países. A questão continua sem solução desde o ano passado. Com o término do prazo de 50 anos estabelecido em 1973 pelos dois países, um novo valor para a tarifa deveria ter sido acordado até agosto de 2023, mas não houve consenso.

Além das questões energéticas, foram discutidos assuntos comuns da América Latina, incluindo a crise de segurança pública no Equador e a presidência rotativa do Mercosul, atualmente sob responsabilidade do Paraguai.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024

INTERNACIONAL - NAVIO DOS ESTADOS UNIDOS É ATINGIDO POR MÍSSIL NO MAR VERMELHO

Comando das Forças Armadas do país acusa o grupo rebelde houthi de promover o ataque
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Apesar do ataque, o porta-contêineres M/V Gibraltar Eagle não sofreu danos significativos e que mantém o rumo original, conforme informou o Comando Central do país Crédito: Reprodução

Uma embarcação comercial americana foi atacada na segunda-feira (15) pelo grupo rebelde houthi no Golfo de Aden. O Comando das Forças Armadas dos Estados Unidos confirmou relatos feitos inicialmente pelo Centro de Operações Marítimas de Comércio do Reino Unido.

“Militantes houthi apoiados pelo Irã dispararam um míssil balístico antinavio [...] e atingiram o M/V Gibraltar Eagle, um navio porta-contêineres com bandeira das Ilhas Marshall, de propriedade e operado pelos Estados Unidos”, afirmou o Comando Central norte-americano, que ainda ressaltou que a embarcação não sofreu danos significativos e que mantém o rumo original.

Segundo o Reino Unido, os ataques aconteceram a cerca de 177 quilômetros a sudeste do Golfo de Aden. Os houthis não assumiram a autoria do ataque. O capitão do navio relatou que o “bombordo do navio foi atingido por um míssil”.

A Administração Marítima dos Estados Unidos emitiu um alerta reforçando que a região segue com um “alto grau de risco para os navios comerciais” que viajam perto do Iêmen e pediu para embarcações comerciais americanas evitarem o local.

O atentado integra a estratégia dos houthis de manifestar seu apoio ao grupo terrorista palestino Hamas, combatido por Israel na Faixa de Gaza. Tais iniciativas têm prejudicado o comércio internacional, com companhias de navegação passando a evitar o Mar Vermelho — que liga o Mar Mediterrâneo (pelo Canal de Suez) ao Oceano Índico e, assim, a Europa e a Ásia — e adotando rotas mais longas, como o contorno da África.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024

INTERNACIONAL - MINISTRO ALEXANDRE SILVEIRA REPRESENTA O BRASIL NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL EM DAVOS

Discussões sobre transição energética e busca por investimentos internacionais marcam a presença do Ministro de Minas e Energia na Suíça

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (Foto: Tauan Alencar)

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), representou o Brasil no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. Nesta terça-feira (16), Alexandre Silveira, acompanhado da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Ministra da Saúde, Nísia Trindade, participou do painel intitulado “A Transformação Sustentável do Brasil”.

Alexandre Silveira ressaltou o comprometimento e liderança do governo brasileiro na transição global da energia, destacando o desafio de promover a sustentabilidade de forma equitativa para a população diante das disparidades sociais no Brasil. “Sabemos da nossa vocação de ser o grande celeiro de energias limpas e renováveis. Mas como fazer com que isso seja justo com brasileiros que pagaram por esse parque de energia? Reindustrializando o Brasil e gerando emprego, renda e oportunidades”, afirmou.

O Ministro de Minas e Energia destacou programas de ampliação da energia eólica e solar. Durante o evento em Davos, de 15 a 19 de janeiro, Silveira participará de discussões sobre transição energética, buscando investidores internacionais para captar recursos e impulsionar a descarbonização da matriz energética brasileira, com a expansão do uso de biocombustíveis e outras formas de energia limpa no país.

O Ministro também possui outros compromissos em sua agenda. Na quarta-feira (17), Alexandre Silveira terá uma reunião com o Ministro do Meio Ambiente suíço, Alberto Rösti. Na manhã de quinta-feira (18/1), o ministro participará de uma reunião multilateral da Aliança Global de Biocombustíveis, que inclui os principais produtores de combustível sustentável do mundo – Brasil, Estados Unidos e Índia -, além de outros 19 países e 12 organizações internacionais

O Fórum Econômico Mundial de Davos começou nesta segunda-feira (15/01) com o tema “Reconstruindo a confiança” e vai até sexta-feira (19/01). O evento debate assuntos importantes, como transição de energia, mudanças climáticas, segurança global e desenvolvimento de inteligência artificial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024

NACIONAL - BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 3,496 BILHÕES EM 2024

Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Foto: Divulgação

O Brasil registrou um saldo positivo na balança comercial. As exportações atingiram US\$12,272 bilhões, enquanto as importações totalizaram US\$8,776 bilhões. Esse desempenho resultou em um superávit de US\$3,496 bilhões.

O cenário destaca um início positivo para o comércio exterior brasileiro em 2024. No que diz respeito ao desempenho por setores, as exportações mostraram crescimento significativo em Agropecuária (43,9%), Indústria Extrativa (55,6%), e produtos da Indústria de Transformação (19,2%). Já nas importações, houve uma queda de 10,2% em Agropecuária, uma redução de 17,7% em Indústria Extrativa, enquanto os produtos da Indústria de Transformação registraram um aumento de 7,0%.

Comparando as médias diárias de exportação até a 2ª semana de janeiro de 2024 com o mesmo período de 2023, observa-se um crescimento notável de 31,6%. As importações também registraram um aumento de 4,6%. O crescimento nas exportações e a corrente de comércio, aliados ao superávit acumulado, indicam um cenário promissor para a economia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/01/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

BYD CRIA SEU PRÓPRIO NAVIO CARGUEIRO COM CAPACIDADE PARA 7 MIL CARROS

Informações: Quatro Rodas (16 de janeiro de 2024)

Após recorde de exportação em 2023, BYD investe para aumentar suas exportações e manda construir navio para driblar crise

A China se tornou oficialmente a maior exportadora de veículos do mundo, muito disso deve-se ao sucesso da BYD, que sozinha exportou 242.765 veículos em 2023. Para expandir ainda mais seus negócios além-mar, a montadora chinesa acaba de anunciar o seu primeiro navio cargueiro, que será usado para distribuir seus carros ao redor do mundo.

O navio, gerenciado pela Zodiac Maritime e construído pelo International Marine Containers Group, tem capacidade para transportar até 7 mil veículos por viagem e mede 199,9 metros de comprimento. Batizado de Explorer No. 1, a embarcação destaca-se não apenas pela sua capacidade, mas também pela autonomia de cruzeiro de 15.800 milhas náuticas, cerca de 25,4 mil km. Ele traz um inovador sistema de combustível duplo, podendo usar tanto combustível convencional como o gás natural liquefeito (GNL), que emite menos poluentes.

A ideia é que nos próximos dois anos mais sete embarcações juntem-se à frota da BYD. Essas, porém, terão tecnologia de bateria de armazenamento de energia da BYD e sistemas de gerador de eixo, que deixam os navios ainda mais ecologicamente corretos.



A sua primeira jornada será com destino à Europa, destacando a ambição da BYD de conquistar outros mercados importantes, além da China. Apesar de ter superado a Tesla nas vendas de veículos elétricos no último trimestre de 2023, a montadora chinesa persiste como a segunda maior fabricante deste segmento em todo o mundo.

Porém, ao que tudo indica, a BYD terá mais barreiras se quiser, de fato, conquistar o Velho Continente. É bem provável que os países europeus comecem a impor tarifas de importação às fabricantes chinesas, uma forma de proteger a indústria local. Além disso, também está sendo estudada a possibilidade da criação de novos subsídios para fortalecer as montadoras locais.

A viagem inaugural do navio inclui paradas estratégicas, como Yantai e Shenzhen, sede da BYD, antes de alcançar a Europa. O momento é crucial, visto que a escassez de navios, agravada pela desmontagem de embarcações mais antigas durante a pandemia, elevou os custos de exportação.

A BYD espera que consiga se destacar muito dentro do mercado global em 2024. Os números da fabricante chinesa são bem altos, levando em consideração o tempo que está em atividades, fato de não vender nenhum carro nos Estados Unidos, segundo maior mercado do mundo, já que as montadoras chinesas são proibidas de comercializar seus carros por lá devido à divergências políticas entre os dois países.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/01/2024

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO FECHAM 2023 COM US\$ 166,55 BILHÕES EM VENDAS

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (16 de janeiro de 2024)

O agronegócio foi responsável por 49% da pauta exportadora total brasileira durante o ano

As exportações brasileiras do agronegócio bateram recorde em 2023, atingindo US\$ 166,55 bilhões. A cifra foi 4,8% superior em comparação a 2022, o que representa um aumento de US\$ 7,68 bilhões. De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o desempenho foi influenciado principalmente pela quantidade embarcada.

Dessa forma, o agronegócio foi responsável por 49% da pauta exportadora total brasileira em 2023. No ano anterior, a participação foi de 47,5%.

“O ano de 2023 marcou um ponto de virada histórico para o agro brasileiro, com grandes avanços em exportações e expansão de mercados, resultando em um recorde nas vendas externas. Sob a liderança do presidente Lula e do Ministro Carlos Fávaro, o Brasil abriu 78 novos mercados, fortaleceu laços e liderou a exportação mundial em vários produtos”, destaca o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Roberto Perosa.

O Brasil exportou diretamente 193,02 milhões de toneladas na forma de grãos. Uma quantidade 24,3% superior na comparação com os 155,30 milhões de toneladas de grãos exportados em 2022. Esta quantidade de grãos exportados em 2023 equivale a 60,3% da safra recorde de grãos 2022/23, estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento em 319,86 milhões de toneladas.

Além do aumento na quantidade exportada de grãos em quase 40 milhões de toneladas, também houve expansão no volume exportado de outros produtos que registraram mais de US\$ 1 bilhão em vendas externas: carnes (+5,4%), açúcar (+15,1%), sucos (+6,0%), frutas (+5,9%), couros e seus produtos (+19,7%).

Os setores exportadores que mais contribuíram nas vendas do agronegócio foram: complexo soja (+US\$ 6,49 bilhões); complexo sucroalcooleiro (+US\$ 4,60 bilhões) e cereais, farinhas e preparações (+US\$ 1,18 bilhão) e sucos (+US\$ 447,41 milhões).



Em relação ao valor exportado os cinco principais setores foram: complexo soja (40,4% do total exportado); carnes (14,1%); complexo sucroalcooleiro (10,4%); cereais, farinhas e preparações (9,3%) e produtos florestais (8,6%). Em conjunto, esses setores destacados representaram 82,9% das vendas do setor em 2023.

Quanto às importações, o agronegócio brasileiro importou US\$ 16,61 bilhões.

“O país também lançou um programa ambicioso para converter pastagens degradadas em áreas agricultáveis, buscando dobrar a produção de forma sustentável e contribuir significativamente para o desenvolvimento do interior. Em 2024, o país se consolida como uma potência agropecuária global, reforçando a resiliência e a sustentabilidade no setor, essencial para o desenvolvimento econômico e como um importante fornecedor de alimentos para o mundo”, conclui Perosa.

Dezembro/2023

As exportações brasileiras de produtos do agronegócio foram de US\$ 13,51 bilhões em dezembro de 2023, um valor US\$ 2,34 bilhão superior na comparação como mesmo mês de 2022, o que representou crescimento de 20,9%.

O resultado de dezembro, segundo indicam dados da SCRI/Mapa, foi fortemente influenciado pela elevação do volume embarcado, cujo índice subiu 28,9%, apesar da queda de 6,1% nos preços médios de exportação dos produtos do agronegócio brasileiro.

Soja em grãos, açúcar de cana, farelo de soja e carne bovina são, para os analistas da SCRI, os produtos que mais contribuíram para o crescimento das exportações no mês.

Destaque de dezembro, as exportações de soja em grãos atingiram volume de 3,83 milhões de toneladas. Esta quantidade embarcada foi 97,8% superior ao exportado no mesmo período do ano passado. O setor é o maior responsável pelo crescimento das vendas externas do agronegócio. As exportações de soja em grãos alcançaram US\$ 1,99 bilhão em dezembro de 2023, com alta de 66,2%.

Os embarques de soja em grãos para a China foram de US\$ 1,2 bilhão. O país adquiriu 86,5% do volume total exportado pelo Brasil de soja em grãos no período.

O volume exportado de açúcar também foi recorde para os meses de dezembro atingindo de 3,85 milhões de toneladas, um aumento de 74,9%. O produto que se destacou nas vendas do período com a soma de US\$ 2,04 bilhões, um aumento de 113,7%.

Assim como para a soja, a China permanece sendo o principal mercado importador do açúcar de cana em bruto brasileiro, com US\$ 330,65 milhões, crescimento de 108,6% ante dezembro de 2022.

Outro produto com desempenho favorável em dezembro foi farelo de soja. As vendas externas de farelo de soja subiram de US\$ 559 milhões em dezembro de 2022 para US\$ 1,0 bilhão em 2023, alta de 79,4%. O aumento do valor se dá principalmente em função do incremento do volume exportado, que cresceu 75,1%. União Europeia, Irã e Indonésia foram os maiores importadores do produto brasileiro.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/01/2024

PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO COMPLETA 42 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À CIÊNCIA

Informações: Agência Marinha de Notícias (16 de janeiro de 2024)

PROANTAR apoia pesquisas em uma das regiões mais remotas do planeta

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) celebra, nesta sexta-feira (12), 42 anos de atuação, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa científica nacional na região antártica. Criado em



1982, o programa é o projeto científico mais duradouro do Brasil e vem garantindo progresso nos estudos sobre fenômenos naturais que ocorrem no continente gelado e que, conseqüentemente, influenciam o meio ambiente em todo o mundo.

O PROANTAR apoia pesquisas em várias áreas do conhecimento, abrangendo questões ambientais, climáticas, médicas e tecnológicas. Ao longo de suas mais de quatro décadas de existência, consolidou-se como um importante instrumento para a compreensão sobre como acontece a interação entre os sistemas climáticos, o impacto das mudanças ambientais e a preservação da biodiversidade única da Antártica.

O Subsecretário para o PROANTAR, Capitão de Mar e Guerra Francisco Leonardo Maciel Machado, explica que os resultados das pesquisas do programa geram inovações diversificadas para a sociedade. “Os estudos sobre os organismos e os ecossistemas terrestres e marinhos da Antártica, assim como aqueles voltados para identificação do potencial biotecnológico de organismos antárticos, certamente podem trazer benefícios para as áreas da medicina, com a formulação de medicamentos. A agricultura é beneficiada com desenvolvimento de novos pesticidas e herbicidas, enquanto a indústria ganha na fabricação de produtos como anticongelantes, pigmentos e protetores solares”.

O Brasil busca fortalecer sua atuação no Continente Antártico, mas também contribuir para a cooperação internacional, almejando alcançar objetivos nacionais na região por meio da participação em programas de pesquisa internacionais e acordos bilaterais ou multilaterais. A entrada do país no Sistema do Tratado da Antártica abriu portas para a comunidade científica nacional participar de atividades na região.

“É importante ressaltar que, conforme estabelecido no Tratado da Antártica, a condição essencial para que um Estado seja considerado Membro Consultivo do Tratado é a realização de pesquisas científicas robustas na Antártica, somente possível com a capacidade da Marinha de manter, de forma perene, uma Estação Antártica naquele continente. Assim, o PROANTAR garante ao Brasil a manutenção de sua condição de Membro Consultivo”, declarou o Capitão de Mar e Guerra Leonardo Machado.

O PROANTAR também faz, anualmente, o planejamento, coordenação e execução da Operação Antártica (OPERANTAR), que está na 42ª edição. Os trabalhos são desenvolvidos em campo e a bordo Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). O Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rangel”, o Navio Polar “Almirante Maximiano”, além das estações estrangeiras parceiras do Brasil, também são recursos utilizados na operação.

A OPERANTAR atua no suporte logístico a projetos de pesquisa e no lançamento e recolhimento de acampamentos científicos. Além disso, a operação contribui para o levantamento hidrográfico do “Plano de Trabalho de Hidrografia 2020-2023”, liderado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil.

2024: ano de comemorações

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), responsável por implementar o PROANTAR, completará 50 anos neste ano. O órgão, criado em 12 de setembro de 1974, tem o objetivo coordenar as ações relativas à Política Nacional para os Recursos do Mar, além de exercer as competências previstas no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, como parte da Política Nacional para os Recursos do Mar e da Política Nacional do Meio Ambiente.

A Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) fará seu 45º aniversário, em dezembro. Fundada com a missão de assessorar o Comandante da Marinha e executar as atividades pertinentes aos encargos técnicos e administrativos da CIRM, a entidade desempenha um papel crucial na promoção da pesquisa científica, na elaboração de políticas públicas e na integração de esforços para a preservação dos ecossistemas marinhos.

No dia 6 de fevereiro, a EACF completará 40 anos de existência na Antártica. Em 2020, a estação brasileira ganhou novas instalações, passando a contar com 17 laboratórios. Localizada na Baía do Almirantado, na Ilha Rei George, a estrutura é considerada umas das mais seguras e modernas da região, funcionando com tecnologia sustentável, por meio do reaproveitamento de água e utilização de energias renováveis.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/01/2024

SANTOS REFORÇA PARCERIAS COM A CAPITANIA DOS PORTOS NA TROCA DE COMANDO DO ÓRGÃO DA MARINHA

Informações: Prefeitura de Santos (16 de janeiro de 2024)

A Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) tem um novo comandante: o capitão de Mar e Guerra Marcus André de Souza e Silva. A transmissão de cargo ocorreu na manhã desta terça-feira (16), em solenidade realizada no Cais da Marinha, no Macuco. Ele substituiu o capitão de Mar e Guerra Robledo de Lemos Costa e Sá.

O prefeito Rogério Santos destacou o papel da Capitania dos Portos, órgão do Comando do 8º Distrito Naval da Marinha do Brasil, em ações conjuntas com a Administração Municipal. “São vários trabalhos em conjunto com a Prefeitura, não só na questão da Segurança, mas no apoio a vários projetos como, por exemplo, no Porto Valongo, que estamos desenvolvendo”. Sobre o novo comandante, Rogério afirmou: “A cada troca de comando na Capitania nasce um novo santista”.

AGRADECIMENTO

Em seu discurso de despedida do comando, Robledo de Lemos Costa e Sá desejou votos de sucesso ao novo comandante e fez uma avaliação sobre sua passagem pelo órgão: “Uma navegação segura é obtida pela soma dos esforços de quem nos cerca”.

Seu sucessor, Marcus André de Souza e Silva ressaltou que “o comandante Robledo teve destacado desempenho na Operação Abrigo pelo Mar, empregando embarcações para o transporte de cestas básicas e materiais de necessidade em resposta aos danos causados pelas fortes chuvas que atingiram o Litoral Norte no verão de 2023”.

O novo comandante da Capitania dos Portos de São Paulo citou ainda que o seu sucessor firmou acordos com as autoridades portuárias que permitiram o estabelecimento de novos parâmetros operacionais “dinamizando as manobras de atracação e desatracação dos navios, favorecendo o incremento da performance da atividade portuária e, por consequência, contribuindo para reduzir o custo das operações”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/01/2024

DIRETOR DA BTP É ELEITO PARA COMPOR DIRETORIA DO SOPESP

Informações: Brasil Terminal Portuário (16 de janeiro de 2024)



Diretor de Assuntos Corporativos da BTP é eleito vice-presidente do SOPESP (Crédito da foto: Divulgação/BTP)

Santos, 15 de janeiro de 2024 – O diretor de Assuntos Corporativos da BTP, Joel Contente, foi eleito, pelo conselho diretor do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (SOPESP), para exercer o cargo de vice-presidente da instituição pelo próximo triênio, de 2024 a 2026.

O diretor da BTP, e agora vice-presidente do SOPESP, Joel Contente, afirma estar honrado com a oportunidade. “Espero,

em conjunto com a nova diretoria, poder contribuir para o constante desenvolvimento e competitividade dos operadores portuários do Estado de São Paulo. O SOPESP desempenha um papel fundamental de representação e incentivo ao diálogo no setor portuário”, declara.

Joel Contente é administrador de empresas, com especializações em gestão e estratégia pela FGV, FIA/USP e IBGC. Possui mais de 25 anos de carreira executiva em empresas nacionais e multinacionais que são referência nos setores portuário, químico e de tecnologia, tendo exercido cargos de liderança no Brasil e no exterior.

Na BTP, Joel Contente é responsável, há 11 anos, pela Diretoria de Assuntos Corporativos e tem liderado com sucesso as áreas de Recursos Humanos, Jurídico, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Saúde e Qualidade do maior terminal de contêineres da América do Sul.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/01/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CRISE CLIMÁTICA PODE CAUSAR PREJUÍZOS DE US\$ 12,5 TRI ATÉ 2050

Análise do Fórum Econômico Mundial alerta que desastres naturais intensificados pelo clima podem resultar em 14,5 milhões de mortes

Por epbr 16 de janeiro de 2024 Em Agendas da COP, Clima



Encontro anual do Fórum Econômico Mundial (Foto: Sikarin Fon Thanachaiary/WEF)

BRASÍLIA – Relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF, em inglês) publicado hoje (16/1) alerta que até 2050 as mudanças climáticas podem causar 14,5 milhões de mortes e US\$ 12,5 trilhões em perdas econômicas em todo o mundo.

O documento chega durante a reunião anual do WEF em Davos, na Suíça, que reúne, até sexta-feira (19), líderes globais, empresários e grupos da sociedade civil para discutir a agenda econômica internacional.

A crise climática já é apontada por especialistas como o maior risco global da década. No entanto, o relatório do WEF afirma que ainda há tempo para os interessados adotarem ações decisivas e estratégicas para contrapor essas previsões e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

“Embora tenha havido muita discussão sobre o impacto das mudanças climáticas na natureza e na economia global, algumas das consequências mais urgentes das crescentes temperaturas da Terra serão na saúde humana e no sistema de saúde global”, comenta Shyam Bishen, chefe do Centro de Saúde e Cuidados com a Saúde e membro do Comitê Executivo do WEF.

“Os progressos recentes serão perdidos, a menos que as medidas críticas de redução de emissões e mitigação sejam aprimoradas, e ações globais decisivas sejam tomadas para construir sistemas de saúde resilientes e adaptáveis às mudanças climáticas.”

Efeitos na saúde e na produtividade



O relatório quantifica as consequências para a saúde das mudanças climáticas, tanto em termos de resultados de saúde (mortalidade e anos de vida saudável perdidos) quanto nos custos econômicos para os sistemas de saúde, estimados em mais de US\$ 1,1 trilhão em gastos extras até 2050.

Considerando os cenários elaborados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre a trajetória mais provável do aumento da temperatura média do planeta, de 2,5°C a 2,9°C acima dos níveis pré-industriais, os economistas apontam que as inundações representam o maior risco de mortalidade induzida pelo clima, estimando 8,5 milhões de mortes até 2050.

As secas, indiretamente ligadas ao calor extremo, são a segunda maior causa de mortalidade, com 3,2 milhões de pessoas ameaçadas.

Já as mortes prematuras atribuídas à poluição do ar, causada por partículas finas e poluição por ozônio, são calculadas em quase 9 milhões por ano.

No aspecto financeiro, as ondas de calor têm o maior custo econômico, estimado em US\$ 7,1 trilhões até 2050 devido à perda de produtividade.

Clima respondeu por 76% das perdas com desastres naturais em 2023

As mudanças climáticas também desencadearão um aumento vertiginoso de doenças e epidemias, incluindo doenças transmitidas por vetores como mosquitos, podendo afetar regiões como Europa e Estados Unidos, que até então costumam estar menos expostas a esses riscos.

Até 2050, o WEF espera um adicional de 500 milhões de pessoas em risco de exposição a doenças transmitidas por vetores.

“A crise climática é uma crise de saúde, e está impulsionando um ciclo vicioso de doença, devastação econômica e sofrimento. Fica claro a partir deste relatório que ainda não compreendemos totalmente o impacto”, alerta Vanessa Kerry, CEO da Seed Global Health e enviada especial da OMS para Mudanças Climáticas e Saúde.

“Se falharmos em agir, não apenas o número de mortes será impressionante, mas também corremos o risco de perder progressos feitos ao longo de décadas para melhorar os resultados de saúde ao redor do mundo. Os países menos capazes de lidar com esses choques – e que contribuem menos para as emissões globais – serão os mais impactados”.

Aumento da desigualdade

O relatório alerta que as mudanças climáticas aprofundarão ainda mais as desigualdades globais de saúde, com as populações mais vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, idosos, grupos de baixa renda e comunidades de difícil acesso, sendo as mais afetadas.

Regiões como África e sul da Ásia são as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, que tendem a ser exacerbados pela limitação de recursos, infraestrutura e equipamentos médicos essenciais.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/01/2024

EURONAV PLANEJA ADICIONAR 120 NAVIOS A HIDROGÊNIO E AMÔNIA VERDE NA FROTA

Maior empresa independente de petroleiros do mundo está comprando e expandindo a empresa de navegação sustentável CMB.Tech

Por epbr 16 de janeiro de 2024 Em Empresas, Hidrogênio, Internacional, Transição energética



Euronav adquire CMB.Tech e planeja 60 navios a hidrogênio e 60 a amônia verde na frota (Foto: Divulgação/Euronav)

BRASÍLIA — Maior empresa independente de petroleiros do mundo, a Euronav planeja adicionar 120 embarcações de zero emissão à sua frota após o investimento de US\$ 1,15 bilhão na aquisição da empresa de transporte marítimo sustentável CMB.Tech.

Estão previstos 60 navios pequenos movidos a hidrogênio comprimido e 60 embarcações maiores movidas a amônia,

todas impulsionadas por motores a combustão.

“Nossa meta é criar a nova CMB.Tech, a referência em navegação sustentável, criando valor por meio de uma frota diversificada e um forte foco na descarbonização”, disse Alexander Saverys, CEO da Euronav e da CMB.Tech a investidores na semana passada.

Nova frota

Segundo informações do portal Hydrogen Insight, as duas empresas belgas, que devem se fundir nos próximos meses após a aprovação dos acionistas, mas já operam cinco embarcações movidas a amônia e nove navios a hidrogênio, e têm mais 12 embarcações hidrogênio e 34 navios amônia encomendados.

Com a fusão, há previsão de adicionar 20 graneleiros movidos a amônia, 20 porta-contêineres, dez petroleiros e dez navios químicos.

Também pretende adicionar 20 embarcações de transferência de tripulação movidas a hidrogênio, 20 rebocadores, dez embarcações de operação de serviço para parques eólicos offshore e dez mini-graneleiros.

A frota combinada de 99 navios movidos a amônia e 83 navios a hidrogênio deve torná-la a maior operadora marítima de emissão zero do mundo.

O investimento total em ativos de baixo carbono e combustíveis verdes é calculado em US\$ 3 bilhões a US\$ 5 bilhões ao longo de cinco anos.

Todas as novas embarcações serão do tipo bicomustível e poderão ser abastecidas com diesel também.

Transição no frete marítimo

O frete marítimo é hoje responsável por mais de 80% do volume de comércio mundial e quase 3% dos gases de efeito de estufa (GEE) lançados na atmosfera, e tem pela frente um grande desafio na sua trajetória de descarbonização.

Embora a transição para combustíveis mais limpos esteja na sua fase inicial, com quase 99% da frota mundial ainda dependente de combustíveis convencionais, relatório da ONU classifica como promissor o dado de que 21% dos novos navios encomendados foram concebidos para combustíveis sustentáveis.

Pelas estimativas da Revisão do Transporte Marítimo 2023 (em inglês) serão necessários, anualmente, um montante adicional de US\$ 8 bilhões a US\$ 28 bilhões para descarbonizar os navios até 2050.

Já para desenvolver infraestrutura compatível com combustíveis neutros em carbono, o montante de recursos varia de US\$ 28 bilhões a US\$ 90 bilhões anuais até 2050.



As despesas anuais com combustíveis para alcançar o net zero podem aumentar entre 70% e 100%.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/01/2024

VIBRA EXPANDE CORREDOR DE ELETROPOSTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Búzios, Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Tanguá e Rio de Janeiro receberam pontos de abastecimento para carros elétricos com carregadores de alta potência

Por epbr 16 de janeiro de 2024 Em Empresas, Transição energética

BRASÍLIA – A Vibra encerrou dezembro de 2023 com oito novos eletropostos para veículos elétricos, a maioria em cidades do Rio de Janeiro. Além de Salvador (BA), Vitória (ES), Nova Lima (MG), a distribuidora de combustíveis instalou cinco pontos de carregamento de alta potência em Búzios, Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Tanguá e Rio de Janeiro (RJ).

Segundo a companhia, o corredor elétrico em implementação já abrange quase 2000 km de extensão, com 15 eletropostos de alta potência nas rodovias.

A Vibra planeja estabelecer o maior corredor elétrico do país, alcançando uma extensão aproximada de 9000 km, conectando sete estados brasileiros, toda a região Sul e Sudeste do país, além de estados no Nordeste e Distrito Federal.

Para isso, tem meta de disponibilizar o serviço de recarga de veículos elétricos em 25% de sua rede de postos até 2030.

“A Vibra trabalha para ser a principal rede de recarga elétrica do país para clientes B2B e B2C com oferta integrada de energia certificada e tecnologia. Sabemos da importância de pensar no futuro, inserir os nossos postos no ecossistema da eletromobilidade é fundamental para a nossa entrega, marcando nosso forte posicionamento como plataforma de energias renováveis”, afirma Clarissa Sadock, vice-presidente de energia renovável e ESG da Vibra.

Além da ampliação da infraestrutura de recarga, a estratégia da distribuidora passa pela diversificação de serviços nos postos e implementação de uma plataforma multienergia, aumentando a oferta de energias provenientes de fontes renováveis.

Até o momento, a Vibra afirma ter investido mais de R\$ 4 bilhões em parcerias e infraestrutura para impulsionar essa transição.

Outro foco são os clientes corporativos que estão introduzindo veículos elétricos em sua frota convencional. Em parceria com a EZVolt, a companhia tem dois postos 100% elétricos voltados ao atendimento de empresas e motoristas profissionais em São Paulo.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/01/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO LULA ARTICULA ENTRADA DE MANTEGA NO CONSELHO DA VALE

Sem conseguir apoio para emplacar o nome na presidência da empresa, seria uma saída para acomodar o aliado. Negociação prevê apoio à recondução do atual CEO por mais um mandato de três anos

Por Vinicius Neder, Sérgio Roxo e Jeniffer Gularte — Rio e Brasília



O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega: de candidato à presidência da Vale a cotado para vaga no Conselho de Administração — Foto: Givaldo Barbosa/O Globo

O governo Lula articula a indicação do ex-ministro Guido Mantega como membro do Conselho de Administração da Vale, em um acordo articulado entre o Executivo e os principais acionistas da mineradora, segundo fonte a par das discussões. Nesse cenário, o governo apoiaria a manutenção do atual CEO, Eduardo Bartolomeo, no comando da mineradora por mais um mandato de três anos.

O mandato dele termina somente em maio, mas, até o fim deste mês, o Conselho de Administração da Vale precisa decidir se ele permanece no cargo ou se um substituto será escolhido.

A negociação em curso entre governo e acionistas incluiria também a indicação de Luís Henrique Guimarães, ex-presidente do grupo Cosan, gigante do açúcar e do etanol, com negócios também na distribuição de combustíveis e na logística ferroviária, para a diretoria da companhia. Guimarães é membro do Conselho da Vale desde abril de 2023.

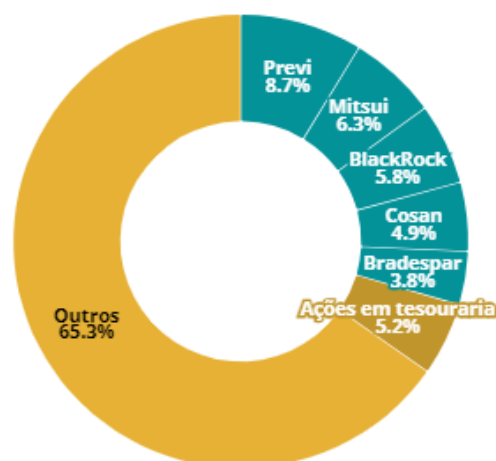
Mantega vinha sendo citado como opção para CEO

Mantega tem sido citado, nos bastidores, como um nome do governo Lula para a Vale desde o início do novo mandato do presidente no Planalto, um ano atrás. O plano inicial seria indicar o ex-ministro como CEO, no lugar de Bartolomeo.

No entanto, as regras de governança da companhia parecem um obstáculo intransponível para Mantega ocupar o cargo de CEO. Caso o Conselho da Vale decida por trocar Bartolomeo, teria que contratar uma consultoria internacional de recrutamento para formar uma lista tríplice, mas especialistas e executivos familiarizados com esses processos consideram difícil o nome de Mantega, que nunca presidiu empresa do porte da Vale, fosse aprovado nesse tipo de seleção.

Os acionistas da Vale

Clique para saber mais



*A Vale informa em seu site as participações acima de 5% do capital, em 30 de novembro de 2023. A participação da BlackRock é de 31 de outubro de 2023, segundo a Vale. A participação da Bradespar, informada pela própria, é de 28 de dezembro de 2023. A participação da Cosan, informada no site do grupo, não tem data de referência.

Para o cargo de membro do Conselho é diferente. As regras são menos rígidas – quando João Fukunaga, presidente da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (BB), foi

A Vale em números

A brasileira está entre as maiores mineradoras do mundo, ao lado das anglo-australianas BHP Billiton e da Rio Tinto

EM 2022

Receita **R\$ 226,5 bilhões** Lucro líquido **R\$ 96,3 bilhões**



NO 3º TRIMESTRE DE 2023

Receita **R\$ 52 bilhões** Lucro líquido **R\$ 14 bilhões**



*A Vale informa em seu site as participações acima de 5% do capital, em 30 de novembro de 2023. A participação da BlackRock é de 31 de outubro de 2023, segundo a Vale. A participação da Bradespar, informada pela própria, é de 28 de dezembro de 2023. A participação da Cosan, informada no site do grupo, não tem data de referência.

A Vale em números — Foto: Editoria de Arte

indicado como conselheiro, no ano passado, seu currículo foi contestado, mas, mesmo assim, seu nome foi aprovado na assembleia de acionistas de abril. Da mesma forma, Mantega teria condições de passar nos critérios para ser conselheiro, disseram duas pessoas ao GLOBO.

Além disso, a entrada do ex-ministro não passaria por uma assembleia de acionistas. As fontes consultadas pelo GLOBO destacaram que, como todo o Conselho da Vale foi eleito ou reeleito na assembleia de abril de 2023, nenhum conselheiro está em fim de mandato. Só haverá substituição se alguém renunciar.

A Vale em números — Foto: Editoria de Arte

No caso de renúncia, o substituto, que apenas terminaria o mandato — até abril de 2025 — seria escolhido em votação pelo próprio Conselho. Dessa forma, eventual aprovação de Mantega seria mais fácil do que numa votação aberta a acionistas do mundo todo. Seu nome seria submetido a uma assembleia apenas se ele fosse indicado para

recondução, em 2025.

A articulação passar pela indicação de Guimarães para a diretoria da companhia faria sentido porque o próprio executivo renunciaria ao cargo no Conselho, abrindo espaço para Mantega.

A indicação do ex-presidente da Cosan como conselheiro, já no terceiro governo Lula, foi vista como a entrada definitiva do grupo de Rubens Ometto entre os principais acionistas da Vale. Em outubro de 2022, a Cosan anunciou a compra de 4,9% do capital da mineradora, numa complexa operação financeira que ainda precisará ser concluída.

Influência do governo diminuiu

O governo tem influência sobre a Vale, mas ela é menor do que já foi. Após a privatização, nos anos 1990, a União seguiu com participações relevantes, via o BNDES e fundos de pensão de estatais, com destaque para a Previ. Eles influenciavam no controle da companhia por meio de um acordo de acionistas com o banco Bradesco e o conglomerado japonês Mitsui.

Em 2020, diante do fim desse acordo, a Vale passou por uma reestruturação societária, em que a mineradora se tornou uma corporação sem controle definido. Depois disso, o BNDES zerou sua participação, e a Previ reduziu sua fatia. A União mantém ainda uma ação especial (golden share) que dá direito a vetar decisões sensíveis, como a venda de minas ou a mudança da sede.

Como o fundo de pensão do BB segue com uma fatia relevante da Vale, o governo também poderia pressionar para que um dos dois conselheiros próximos à Previ renunciasse. Um dos membros independentes do Conselho da companhia também poderia entregar o cargo, disse uma das fontes.

Ao GLOBO, o presidente do BNDES, Aloízio Mercadante, disse que Mantega tem as qualidades para exercer funções no setor privado, mas não mencionou diretamente a articulação.

— Eu e o ex-ministro Guido Mantega somos companheiros de décadas na luta pela construção do projeto histórico liderado pelo presidente Lula. Guido exerceu funções públicas relevantes no BNDES, no Ministério do Planejamento e no Ministério da Fazenda e possui as qualidades necessárias para também exercer funções importantes na iniciativa privada. Guido é um quadro que precisa ser valorizado e que pode contar com o meu apoio — disse Mercadante.

Para além da influência direta como acionista, os governos de diferentes esferas têm poder sobre mineradoras porque minas são concessões da União e sua exploração depende de licenças estaduais. Ferrovias também são concessões, e a logística para levar minério aos portos é decisiva para os lucros da Vale.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/01/2024

TARCÍSIO DEFENDE QUE CONCESSÃO COM A ENEL EM SP NÃO SEJA RENOVADA: 'A CADA CHUVA DEIXA O PAULISTANO NA MÃO'

Governador disse que empresa, que tem contrato com a Aneel para fornecer energia no estado até 2028, não está preparada para os eventos climáticos que têm ocorrido na Região Metropolitana



Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) — Foto: Roberto Casimiro/Fotoarena

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), fez duras críticas aos serviços prestados pela Enel em São Paulo e defendeu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não renove o contrato de concessão com a empresa, que vence em 2028.

— A gente não pode ter uma empresa que a cada chuva deixa o paulistano na mão. São eventos climáticos que acontecem, a gente não vê uma preparação da empresa, não houve cuidado devido da manutenção — disse o governador na manhã desta terça-feira, durante coletiva de imprensa no Palácio dos Bandeirantes.

Tarcísio apoiou a decisão do prefeito Ricardo Nunes (MDB), que pediu o cancelamento do contrato da agência com a concessionária, após os apagões que deixaram milhares de moradores da capital e da Região Metropolitana de São Paulo sem luz em novembro. Na semana passada, com as fortes chuvas que atingiram a capital, o problema voltou a se repetir e algumas residências ficaram sem energia elétrica por vários dias.

Questionado se é a favor de que o contrato não seja renovado, Tarcísio falou:

— Claro. A gente conversou com a Aneel diversas vezes, nós fizemos reunião com o conselho e com o CEO da Enel, nós colocamos a nossa angústia, nossa preocupação com esse problema na prestação de serviços. A gente está falando de um recurso essencial que é energia. É uma coisa que está afetando muito nosso dia a dia, e a gente precisa de uma providência enérgica e imediata, e é fundamental que a gente pense também o futuro. Tendo em vista que estes contratos estão chegando ao fim, como serão os novos contratos, para que tipo de concessionária — acrescentou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/01/2024

PIB DA CHINA CRESCE CERCA DE 5,2% EM 2023, AFIRMA PREMIER EM DAVOS

Governo chinês, no entanto, está considerando emitir US\$ 139 bilhões em títulos soberanos para sustentar a segunda maior economia do mundo

Por Bloomberg — Davos

A economia da China cresceu cerca de 5,2% em 2023, superando a meta oficial de crescimento do governo para o ano sem depender de "estímulos maciços", disse o primeiro-ministro chinês, Li Qiang, em Davos.

- No ano passado, em 2023, a economia chinesa se recuperou e subiu com um crescimento estimado em cerca de 5,2%, maior do que a meta de 'cerca de 5%' estabelecida no início do ano passado", disse Li nesta terça-feira, em sua primeira aparição como a autoridade número 2 da China no Fórum Econômico Mundial.



Pedestres caminham em Shenzhen, na China, polo industrial do país asiático — Foto: Qilai Shen/Bloomberg

- Ao promover o desenvolvimento econômico, não recorreremos a estímulos maciços. Não buscamos crescimento de curto prazo enquanto acumulamos riscos de longo prazo - ressaltou Li.

O primeiro-ministro - que foi a autoridade de mais alto nível enviado a Davos desde que o presidente Xi Jinping compareceu em 2017 - ressaltou os esforços que a China tem feito para inspirar confiança em sua economia e governo. Seus comentários foram feitos um dia antes de o país divulgar uma série de dados econômicos para dezembro e 2023, incluindo os últimos números de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Os comentários do primeiro-ministro confirmaram o que era amplamente esperado pelos economistas: que a China superaria sua meta oficial de crescimento para o ano passado, definida em março passado durante uma importante reunião política anual.



O primeiro-ministro chinês, Li Qiang, discursa no Fórum Econômico Mundial em Davos — Foto: Stefan Wermuth/Bloomberg

Essa meta foi considerada conservadora por muitos economistas na época de seu anúncio. Mas as pressões deflacionárias persistentes e a prolongada crise no setor imobiliário se mostraram grandes desafios até 2023.

Embora Li tenha dito que o país não utilizou "estímulos maciços" para atingir a meta, as autoridades deram algum apoio na forma de cortes nas taxas e ajuda fiscal.

Emissão de títulos soberanos

Agora, o foco está em como Pequim manterá esse ímpeto neste ano, enquanto luta contra a erosão da confiança. Mesmo se for confirmado o resultado positivo do PIB em 2023, a China está considerando a possibilidade de emitir 1 trilhão de yuans (US\$ 139 bilhões) em novas dívidas sob o chamado plano especial de títulos soberanos, a quarta venda desse tipo nos últimos 26 anos, à medida que as autoridades buscam mais dinheiro para financiar a intensificação dos esforços para sustentar a segunda maior economia do mundo.

A proposta que está sendo discutida pelos formuladores de políticas seniores envolveria a venda de títulos soberanos ultralongos para financiar projetos relacionados a alimentos, energia, cadeias de suprimentos e urbanização, segundo pessoas familiarizadas com o assunto.

As vendas anteriores desses títulos são raras: após a crise financeira asiática em 1998, por exemplo, o governo emitiu uma dívida especial para repor o capital dos principais bancos estatais. A venda mais recente foi em 2020, quando as autoridades emitiram 1 trilhão de yuans desses títulos para pagar as medidas de resposta à pandemia.

As deliberações enfatizam os esforços do governo de Xi Jinping para transferir a responsabilidade dos gastos das autoridades locais endividadas para as autoridades centrais, em apoio a uma economia que está lutando para manter o ritmo. As persistentes pressões deflacionárias, a atual crise imobiliária e a fraca demanda doméstica estão pesando sobre a atividade econômica e suprimindo a confiança, o que levou os economistas e investidores a pedirem mais estímulos.

As discussões estão em andamento e o plano pode ser alterado, disseram as pessoas familiarizadas. O Ministério da Fazenda não respondeu a um pedido de comentário.

Investimento estrangeiro fica negativo

Aumentando as preocupações, dados oficiais mostraram que o investimento estrangeiro no terceiro trimestre do ano passado ficou negativo pela primeira vez desde 1998. Isso provavelmente refletiu uma menor disposição das empresas em reinvestir os lucros na China, uma tendência em parte devido ao retorno mais elevado no exterior, dada a diferença de rendimento em relação aos Estados Unidos.

Li reiterou o compromisso de melhorar o ambiente para as empresas estrangeiras na China. Isso inclui a redução da "lista negativa" para investimentos estrangeiros, a remoção de restrições de acesso no setor manufatureiro e a garantia de um tratamento mais justo para as empresas estrangeiras.

- Com relação às preocupações de algumas multinacionais sobre questões como o fluxo de dados entre fronteiras e a participação em compras governamentais, estamos trabalhando na formulação de políticas relevantes - disse Li.

Xi Jinping também abordou esse tema no passado: em um discurso de novembro para executivos de negócios nos EUA, o líder chinês sinalizou que a melhoria do ambiente de negócios era uma prioridade.

Uma reunião durante essa viagem com o presidente americano Joe Biden serviu para estabilizar os laços com os EUA após um ano de atritos, embora isso esteja sendo testado pela eleição em Taiwan de um novo líder que provavelmente pressionará por laços mais estreitos com Washington, frustrando Pequim.

Xi tem tentado equilibrar o desejo de reanimar uma economia prejudicada por uma crise no setor imobiliário e, ao mesmo tempo, fortalecer a segurança nacional em meio a tensões militares e comerciais persistentes com os EUA. Os executivos estrangeiros ficaram especialmente assustados com as investigações das empresas de consultoria, com a expansão de uma lei vaga contra espionagem e com as medidas que restringem o acesso aos dados.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/01/2024

CVM RESPONDE AO INCRA SOBRE DISPUTA PELA ELDORADO E DIZ QUE NÃO HÁ PROVIDÊNCIAS A TOMAR

Controle da empresa de celulose é alvo de disputa entre a J&F e a Paper Excellence
De O Globo - RJ



Eldorado Brasil — Foto: JJ Caju / Agência O Globo

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) respondeu ao ofício da Superintendência Regional do Incra no Mato Grosso do Sul que, em 28 de dezembro, comunicou a autarquia “para ciência e providências cabíveis” de modo a evitar a formalização da transferência do controle acionário da fábrica de celulose Eldorado Brasil pela J&F, dos irmãos Batista, para a multinacional Paper Excellence, do indonésio Jackson Wijaya, por meio do veículo CA Investment.

Para a CVM, no entanto, não há providências a tomar uma vez que não é de sua competência autorizar ou não a alienação de controle de uma companhia aberta. “Cabe esclarecer que, com base na Lei n o 6.385/76, na Lei n o 6.404/76 (notadamente o artigo 254-A) e na regulamentação do

mercado de valores mobiliários, a alienação de controle de companhia aberta não depende de autorização da CVM, cabendo a esta Autarquia o registro de eventual oferta pública de aquisição de valores mobiliários”, diz a CVM na resposta ao ofício do Incra sul-mato-grossense. E continua: “Especificamente com relação à Eldorado Brasil Celulose SA, considerando que não há outros acionistas além de CA Investment (Brazil) SA e J&F Investimentos SA, não seria aplicável a realização de oferta pública de aquisição de ações.”

A continuação do julgamento do mérito da decisão em segunda instância que confirmou a decisão arbitral a favor da Paper Excellence — determinando a transferência do controle da Eldorado pela J&F — está prevista para o dia 24 de janeiro. Os dois primeiros desembargadores a votar recusaram a anulação da arbitragem e votaram por condenar a J&F por litigância de má fé. Depois dos votos, o desembargador Eduardo Azuma Nish pediu vistas e marcou o seguimento do julgamento para a quarta-feira da próxima semana.

A Paper já detém 49% das ações e negociou a compra da fatia de 51% da J&F em 2017, mas a empresa tenta anular a venda sob o argumento de que a Paper não obteve autorização do Congresso Nacional e do Incra para adquirir terras no Brasil.

Ainda na resposta ao ofício do Incra-MS, a CVM reproduz na íntegra um fato relevante divulgado pela direção da Eldorado no dia 2 de janeiro — no qual a empresa dá ciência da existência da nota técnica do Incra — e em seguida alerta que a divulgação de informações pelas companhias abertas “não deve induzir o investidor em erro”.

“Diante do exposto, informamos que a Superintendência de Relações com Empresas acompanha permanentemente a divulgação de informações pelas companhias abertas, que deverá ocorrer de forma completa, ampla e equitativa, de modo que não induza o investidor em erro”, conclui a CVM.

No fato relevante, a Eldorado diz que recebeu nota do Incra comunicando que como a autorização do Congresso não foi obtida, a “solução” seria “o desfazimento do negócio” – e que a Junta Comercial do Estado de São Paulo e a CVM deveriam ser comunicadas.

Dias depois da divulgação do comunicado pela Eldorado, a Paper Excellence notificou o presidente da Eldorado, Carmine de Siervi Neto, dizendo que a empresa distorce os efeitos jurídicos da nota técnica do Incra e age com deslealdade em favor da J&F. “A Paper esclarece ainda que a referida nota é um ato administrativo de primeira instância, sujeito a recurso, e representa um entendimento sobre um tema que já é objeto de processos em instâncias estaduais e no Supremo Tribunal Federal (STF).”

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/01/2024

DECISÃO SOBRE A REONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DEVE FICAR PARA FEVEREIRO, DIZ LÍDER DO GOVERNO

Haddad e Jaques Wagner se reuniram com Pacheco na noite desta segunda-feira
Por Victoria Abel — Brasília



Jaques Wagner, líder do governo — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O acordo para uma solução que substitua a atual medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamento de 17 setores da economia intensivos em mão de obra deve ficar para o início de fevereiro, na retomada dos trabalhos legislativos, disse o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reuniu-se hoje com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o senador para discutir o assunto.



Itaipu: Lula reconhece divergência em tarifa de Itaipu e vai visitar o Paraguai para discutir o impasse
Reforma Administrativa: governo acena com mudança na avaliação e fim do ponto para deter proposta defendida por Lira

— Como temos a noventena (a reoneração entra em vigor em abril), qualquer coisa só deve acontecer na retomada dos trabalhos (do Legislativo). Seguramente tem (propostas na mesa), mas não posso antecipar. Não vou falar qual avanço que houve porque ele só existirá quando se bater o martelo. Temos responsabilidade, todos gostaram do resultado fiscal no final do ano. Quando você senta para acordar, tem que achar a coluna do meio — disse Jaques Wagner, após a reunião.

Governo e parlamentares tentam encontrar uma forma de manter a desoneração da folha de pagamento, ainda que parcialmente, mas com compensações fiscais.

A MP de Haddad, editada em dezembro, determina o retorno gradual da cobrança de impostos sobre a folha de pagamentos de 17 setores intensivos em mão de obra, que empregam mais de 9 milhões de pessoas.

Reação: Ações da Gol chegam a cair 13%, com chance de recuperação judicial nos EUA
O texto contraria uma proposta promulgada pelo Congresso, que permitia a empresas desses setores substituir a contribuição previdenciária — de 20% sobre os salários dos empregados — por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e o serviço prestado.

Desde que foi anunciada, a MP tem sido alvo de fortes críticas dos setores produtivos e de parlamentares. Senadores pediram a devolução da MP para o governo.

Apesar de uma medida provisória ter efeito imediato, o trecho que estabelece a reoneração começa a valer a partir do dia 1º de abril de 2024. A ideia é que, como há aumento de tributação, a carência amplie a previsibilidade dos contribuintes.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/01/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ALTA DO GASTO OBRIGATÓRIO PODE COLOCAR NOVO ARCABOUÇO EM XEQUE JÁ EM 2025, DIZ CEO DA BRADESCO ASSET

Bruno Funchal, ex-secretário do Tesouro, estima que governo precisará de R\$ 40 bilhões a mais, no limite de despesas do ano que vem, para manter Orçamento exequível

Por Bianca Lima

ENTREVISTA COM

Bruno Funchal - CEO da Bradesco Asset

BRASÍLIA - O CEO da Bradesco Asset e ex-secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, alerta que a contratação de novos gastos obrigatórios pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode colocar em xeque o arcabouço fiscal já em 2025, apenas um ano após a sua implementação.

Em entrevista ao Estadão, Funchal afirma que o aumento das despesas de caráter continuado e obrigatório - como pisos da educação e saúde, correção real (acima da inflação) do salário mínimo e aumento no número de servidores públicos - comprime cada vez mais os gastos discricionários (aqueles que envolvem a manutenção da máquina pública e os investimentos).

Como consequência, diz o ex-secretário, o Orçamento federal poderá ficar inexecutável já no próximo ano, colocando em risco a regra recém-implementada.



Funchal alerta para perda de credibilidade do novo arcabouço fiscal.
Foto: Egberto Nogueira/Divulgação Bradesco Asset

“Para manter a despesa discricionária em nível minimamente razoável, que é o nível de hoje, o governo vai precisar, em 2025, pelas nossas contas, de R\$ 40 bilhões a mais (de espaço no limite de gastos). Como eu consigo R\$ 40 bilhões a mais? Vou ter de mudar o modelo (fiscal). Ou seja, o modelo fica em xeque”, afirma.

Segundo ele, mesmo que o limite para gastos no próximo ano cresça no topo do permitido pelo arcabouço, que é de 2,5% real, ainda assim não será suficiente para acomodar todas as despesas.

“Interessante que o modelo (do novo arcabouço) foi bem aceito, teve impacto muito positivo nas curvas de juros, na percepção de risco. Só que, com determinadas ações, se começa a perder credibilidade”, afirma Funchal, que já dá como certa uma mudança na meta de déficit zero prevista para este ano.

Dos R\$ 168 bilhões de receitas extras que o governo se propôs a levantar em 2024, ele calcula que apenas R\$ 70 bilhões de fato se realizarão.

Em meio a esse cenário, Funchal compara as perspectivas do novo sistema com o destino do antigo teto de gastos, que permitia que as despesas crescessem apenas pela inflação: “Foi o que aconteceu com o teto, né? Ao longo do tempo, as ações começaram a fazer com que ele perdesse credibilidade”.

As mudanças frequentes no antigo teto, principalmente às vésperas da última eleição presidencial, resultaram numa debandada dos principais técnicos que assessoravam o então ministro da Economia, Paulo Guedes.

Dentre eles, estava Funchal, que deixou o cargo em 21 de outubro de 2021 - mesmo dia em que o governo anunciou uma manobra para abrir espaço no Orçamento ao Auxílio Brasil de R\$ 400, defendido pelo ex-presidente e então candidato à reeleição, Jair Bolsonaro.

Passados mais de dois anos da saída do cargo, Funchal avalia que as contas públicas seguem como o principal ponto crítico da economia brasileira, mesmo em meio a notícias positivas no âmbito do PIB, inflação, câmbio e desemprego.

“Estamos em um período bom do ciclo (econômico), mas a tendência pode ser prejudicada se a gente não tiver um fiscal sob controle. Não precisa resolver o problema, é só não explodir”, afirma o ex-secretário. Confira abaixo os principais trechos da entrevista concedida ao Estadão.

Como avalia o primeiro ano da gestão Lula na economia e como o governo entra em 2024?

O saldo é muito bom. Acho que a atuação do Ministério da Fazenda e a liderança do (ministro Fernando) Haddad foram boas. E, quando você pega os números, a gente continua surpreendendo para cima em termos de crescimento. A taxa de desemprego está baixa e o câmbio, abaixo de cinco reais, o que também ajuda. E a inflação está controlada, que é mérito do Banco Central. Então, ao olhar o conjunto de indicadores, não tem como falar que foi ruim. Teve ainda a reforma tributária, que a gente achou que nunca fosse andar, a discussão de medidas de arrecadação, para reduzir distorções, e uma balança comercial super positiva. E, agora, tem a queda dos juros. Mas há dificuldades.



Quais?

Primeiro, o risco global, que ainda existe. O segundo semestre de 2023 foi difícil por conta da incerteza sobre a dinâmica de desinflação, principalmente nos Estados Unidos. Além do fiscal americano, que é um teste muito grande, que gera muita incerteza. Isso trouxe turbulência para os países emergentes. E, internamente, a nossa discussão fiscal. Ao mesmo tempo em que houve pontos positivos, com a discussão do novo arcabouço, um modelo que pudesse ancorar as expectativas, a gente começou a ter ações do governo de aumento de gastos, principalmente obrigatórios. E gasto obrigatório, no Brasil, é um problema histórico.

“Gasto obrigatório, no Brasil, é um problema histórico.”

Por quê?

Porque ele vai crescendo e espremendo as despesas discricionárias, que são as escolhidas ano a ano por governo e Congresso. Nessa lista (de novas despesas obrigatórias) entram, por exemplo, os mínimos constitucionais de educação e saúde, que passaram a vigorar após o fim do teto de gastos; a revisão do salário mínimo; e a contratação de mais servidores públicos. E aí, em termos do modelo, é quando começa a ter algum tipo de fragilidade em relação à credibilidade, que é a discussão da meta. No ano passado, o Haddad conseguiu contornar essa discussão, mas, invariavelmente, ela vai acabar voltando. A gente já começa a ver debate sobre interpretação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), criação de fundo da educação fora do teto... São coisas que fragilizam a credibilidade do arcabouço.

A mudança da meta de déficit zero já está ‘precificada’ pelo mercado financeiro?

A gente acha que muda lá para março. Não que isso esteja totalmente precificado... O correto é perseguir a meta acordada. O problema é que as ações (do governo) mostram a direção contrária. Se pegarmos todas as despesas obrigatórias que estão sendo elevadas - salário mínimo; gasto com servidor; pisos constitucionais; Bolsa Família; bolsa para estudante do ensino médio; além da desoneração da folha de pagamentos, que é pauta do Congresso e não do governo (e significa perda de arrecadação) - e mantivermos nesse patamar, a despesa discricionária chegará a um nível muito baixo em 2025.

“Despesa discricionária (não obrigatória) chegará a um nível muito baixo em 2025.”

Isso torna o Orçamento inexecutável?

Para 2024 ainda é executável, mas vai ficando cada vez mais difícil. Para manter a despesa discricionária em nível minimamente razoável, que é o nível de hoje, o governo vai precisar, em 2025, pelas nossas contas, de R\$ 40 bilhões a mais (de espaço no limite de gastos). Como eu consigo R\$ 40 bilhões a mais? Vou ter de mudar o modelo. Ou seja, o modelo fica em xeque. Se o limite (de gastos) crescer 2,5% real, que é o teto do novo arcabouço, ainda assim não será suficiente. Interessante que o modelo (do novo arcabouço) foi bem aceito, teve impacto muito positivo nas curvas de juros e na percepção de risco. Só que, com determinadas ações, começa a perder credibilidade. Foi o que aconteceu com o teto, né? Ao longo do tempo, as ações começaram a fazer com que ele perdesse credibilidade.

O risco é que esses efeitos positivos, visíveis na economia real, comecem a se reverter?

Se a gente está falando em perda de credibilidade, isso se reflete em uma percepção maior de risco e mais juros. Com juros maiores, as empresas terão mais dificuldade para investir, porque fica mais caro. Se investir menos, o País cresce menos e gera menos emprego. Então, o governo tem de ter a clareza do seguinte: quando ele faz a escolha de ter mais gasto, ele pode achar que isso trará crescimento, mas ele vai acabar comprometendo esse crescimento de outra forma.

Como?

Se há perda de credibilidade e as pessoas não acreditam mais no modelo fiscal, haverá todo esse ciclo: mais juros, menos investimento, menos crescimento e menos emprego. O melhor dos mundos é conseguir ter um gasto sob controle, de forma que o modelo fiscal seja crível. Nós estamos em um

período bom do ciclo (econômico), mas a tendência pode ser prejudicada se a gente não tiver um fiscal sob controle. Não precisa resolver o problema fiscal, é só não explodir.

“O melhor dos mundos é conseguir ter um gasto sob controle, de forma que o modelo fiscal seja crível”

Olhando para as receitas, qual a expectativa para o pacote arrecadatório do governo? Dos R\$ 168 bilhões propostos, quanto, de fato, deve ser arrecadado?

A nossa estimativa é de R\$ 70 bilhões. Então, o governo conseguiria fechar parte desse gap, mas não todo. Por exemplo, subvenção (lei que muda a tributação sobre empresas que recebem benefícios estaduais), a gente acha que (o valor) não é tão diferente do que o governo estimou. Mas para Carf (lei que retoma voto de qualidade pró-governo) e JCP (texto que fecha brecha para planejamento tributário de empresas envolvendo Juro sobre Capital Próprio) a nossa projeção é muito menor. Fundos fechados é mais ou menos igual e offshore é menor. No caso dos fundos, por exemplo, havia o benefício do diferimento do imposto, que foi revisto. Só que há vários outros investimentos que têm benefício tributário, então os investidores simplesmente migram. Claro que haverá uma arrecadação inicial, por conta da tributação do estoque do fundo fechado. Mas, daqui para frente, o efeito tende a ser menor.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/01/2024

INDÚSTRIA BRASILEIRA ENFRENTA DESAFIOS PARA PROMOVER TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Embora 80% da energia consumida no Brasil seja de fontes limpas, a competição global exige constante inovação

Por Estadão Blue Studio

A transição energética no Brasil representa tanto desafios quanto oportunidades para a indústria, que consome cerca de 30% da energia do País, de acordo com relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Embora 80% da energia consumida seja de fontes limpas, a competição global, especialmente da China, Estados Unidos e Europa, exige constante inovação.

O economista Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), alerta para o risco de acomodação diante da vantagem atual. A descarbonização da indústria, estimada em R\$ 40 bilhões até 2050 pela Confederação Nacional da Indústria, enfrenta obstáculos como altas taxas de juros e escassez de financiamento a longo prazo.



“O BNDES está com uma linha de financiamento para digitalização e para inovação, que no fundo são os eixos organizadores dessa transição. Mas o BNDES não substitui o mercado privado de financiamento de longo prazo, apenas complementa. Para envolver esse mercado, deve-se baixar a taxa de juros”, diz Cagnin.

Transição pode ajudar a atrair novos clientes e investidores, que estão cada vez mais preocupados com a sustentabilidade Foto: Getty Images

Professora da FIA Business School, Monica Kruglianskas destaca os benefícios de investir na transição para atrair clientes e investidores preocupados com a sustentabilidade. Com condições adequadas de financiamento, será possível superar desafios como a modernização de instalações, a substituição de máquinas ultrapassadas e a expansão da infraestrutura para apoiar fontes renováveis de energia.

“A transição pode ajudar a atrair novos clientes e investidores, que estão cada vez mais preocupados com a sustentabilidade. O setor financeiro exige que as empresas divulguem não somente seu



impacto ambiental, mas também seus planos de ação de curto e longo prazo para redução de emissões.”

Em busca da autossuficiência

O biocombustível é uma das principais frentes de inovação no setor energético brasileiro e também uma aposta para viabilizar a transição. “Ele é uma alternativa interessante para as indústrias locais. Em particular se acoplarmos ao processo de captura e estocagem de carbono (BECCS), pois nesse caso é possível ter pegada de carbono negativa”, explica a professora Suani Coelho, do Centro de Pesquisa e Inovação em Gases de Efeito Estufa da USP.

Para cortar custos, algumas indústrias brasileiras estão investindo em projetos de energia solar, energia eólica e produção de biogás a partir de resíduos florestais, cita Kruglianskas. “Dessa forma, geram sua própria energia, reduzem sua dependência de fontes de energia fósseis e contribuem para a redução das emissões de gases de efeito estufa [GEE].”

Novos produtos

A transição energética abre frente para o desenvolvimento de novos produtos, o que significa o surgimento de mercados inteiramente inexplorados. Para a indústria brasileira, o momento de mudanças representa também a possibilidade de avançar na produção de produtos tecnológicos, mais complexos e sustentáveis.

É o caso do hidrogênio verde, que desponta como aposta para descarbonização de segmentos em que a transição se torna mais complexa, como a siderurgia (ramo com forte presença brasileira). “É um setor que pode gerar oportunidades para a indústria do Brasil. Não se trata apenas da produção de hidrogênio verde, mas também de produzir insumos e desenvolver mercados de derivados. Constituir cadeias, fortalecer cadeias e descarbonizar cadeias em torno dessa atividade. Caso contrário, vai ser mais uma commodity que agrega muito pouco valor para o País. Precisa fincar pé”, conclui Cagnin.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/01/2024

SEM REFORMA ADMINISTRATIVA, CARGA TRIBUTÁRIA AUMENTARÁ; LEIA ARTIGO

A reforma tributária nasce sem atender à necessidade de diminuição da carga de impostos

Por José Roberto Tadros

Ao contrário de opiniões que circulam em alguns corredores, não são as exceções da recém-aprovada reforma tributária o maior entrave para a redução da carga tributária. Os impostos existem para custear o funcionamento da máquina pública, que fica mais caro 8,8% ao ano. Quanto maiores as despesas públicas e menos eficiente a aplicação dos recursos, mais impostos são necessários. O Portal da Transparência revela um gasto público anual de R\$ 4,3 trilhões, evidenciando a necessidade premente de reformas administrativas para otimizar a distribuição dos recursos públicos.

A trajetória ascendente dessas despesas impõe uma crescente pressão para ampliar a arrecadação de impostos. Por esse ângulo, a ansiedade do governo é compreensível, mas a alíquota geral já atinge preocupantes 33,7% do PIB. As exceções aprovadas pelo Congresso Nacional contribuíram, sim, para o descolamento da alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Contudo, pouco se discute sobre o peso do Estado. O alto custo das contas públicas demanda níveis de tributação de países desenvolvidos, mas o retorno social dos impostos é substancialmente inferior. A reforma administrativa é, assim, urgente.

Os resultados primários negativos dos últimos dez anos evidenciam que o Brasil tem sérias dificuldades de fechar as contas, mesmo com uma carga tributária de um terço do PIB. Desse modo, a reforma tributária nasce sem atender à necessidade de diminuição da carga de impostos.

No contexto internacional, o Brasil poderá estar no topo da lista de tributação mundial por IVA, que hoje pertence à Hungria (cuja alíquota é de 27%). Em comparação com a média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que o IVA é de 19%, e do Brics, que tem média de 17%, o Brasil caminha para um destino preocupante, já que o mercado estipula um IVA de até 39%, muito distante da previsão inicial do governo, que era de 25%. Em relação aos Estados Unidos, cuja alíquota média é de 6,6%, a disparidade chega a 257%.



Não são exceções à reforma tributária que aumentarão os impostos, e sim o custo da máquina pública Foto: WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Isso compromete, sobremaneira, a competitividade do País. O aumento de impostos contribui significativamente para o chamado “custo Brasil”: o ônus fiscal representa uma perda de competitividade de até R\$ 280 bilhões anuais.

A abordagem precisa ser mais abrangente. A reforma administrativa é imprescindível para promover uma estrutura tributária equitativa. Sem isso, o futuro é de aumento contínuo da carga tributária, comprometendo o ambiente de negócios e a qualidade de vida da população brasileira.

José Roberto Tadros é presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 16/01/2024

HADDAD DISCUTIRÁ COM LIRA MEDIDA QUE REONERA FOLHA DE PAGAMENTOS, DIZ LÍDER DO GOVERNO

Segundo o senador Jaques Wagner, decisão sobre a medida provisória do governo só deve sair na volta do recesso parlamentar, em fevereiro

BRASÍLIA - O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse nesta segunda-feira, 15, após se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que uma decisão sobre a medida provisória da reoneração da folha de pagamentos só deve sair na volta do recesso parlamentar.

Wagner argumentou que Haddad ainda precisa conversar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre o assunto, já que se trata de uma proposta que terá de passar pelas duas Casas do Legislativo.



“É uma composição com as duas Casas, ele (Haddad) precisa conversar com as duas Casas”, afirmou.

Segundo Wagner, “como tem a noventena (para que os efeitos da medida provisória entrem em vigor), qualquer decisão só deve acontecer na retomada dos trabalhos” do Congresso, em fevereiro.

Lira e Haddad conversam com frequência para avançar pautas prioritizadas pelo governo Foto: WILTON JUNIOR/ESTADÃO CONTEÚDO

Questionado sobre a possibilidade de o presidente do Congresso devolver à Presidência da República a medida provisória, ele reforçou que “não há essa hipótese” e que essa alternativa “não está no cardápio” de soluções possíveis.

Wagner disse não poder dar detalhes sobre a negociação em andamento entre o governo e a cúpula do Congresso para não atrapalhar um possível acordo entre as partes.

Haddad e Wagner se reuniram com Pacheco para discutir a MP da reoneração e buscar uma solução para a medida provisória, que provocou ira entre parlamentares desde a última semana de 2023, quando o ato foi assinado.

Integrantes da oposição e da base de apoio ao governo têm cobrado de Pacheco a devolução da MP à Presidência da República, o que é uma prerrogativa do presidente do Senado. Essa alternativa, porém, desagradaria o governo.

Na semana passada, Pacheco disse que tomaria uma decisão antes do fim do recesso — ainda em janeiro. Aliados do presidente do Senado, porém, reconheceram ao Estadão/Broadcast que as negociações devem se estender nos próximos dias e que não seria improvável que uma decisão final só viesse na volta dos trabalhos do Congresso.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/01/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

FT: LULA APOSTA EM VOLTA AO CAPITALISMO DE ESTADO

Críticos dizem que o caráter mais prático da abordagem do presidente da República ameaça reviver um modelo desacreditado de desenvolvimento estatista que deu errado no passado

Por Michael Pooler e Bryan Harris, Financial Times, Valor — Recife e São Paulo



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

Embaixo de um sol escaldante, operários com macacões e capacetes dão os toques finais em um empreendimento industrial cujo destino até pouco tempo atrás parecia ser continuar inacabado.

Um emaranhado de tubulações e chaminés, o projeto de Abreu e Lima foi lançado pela primeira vez em 2005 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva como a primeira nova refinaria de petróleo do Brasil em décadas. Acabou sendo uma das mais caras do mundo.

Depois de as estimativas de custo se multiplicarem para US\$ 20 bilhões — nove vezes o orçamento inicial —, o projeto viria a ser considerado pelos críticos de Lula como um monumento ao desperdício, corrupção e incompetência durante o governo do PT.

A construção, envolvida em um esquema de suborno político que roubou bilhões da Petrobras, foi interrompida em 2014 no governo da sucessora escolhida por Lula, Dilma Rousseff, com apenas metade da instalação planejada em operação.

Depois de o político de 78 anos ter conquistado um terceiro mandato não consecutivo como presidente, em 2023, as obras para concluir a refinaria, a uma hora do Recife, foram retomadas.

A expansão da refinaria faz parte de um programa maior de obras públicas, que é um pilar dos planos do esquerdista veterano para impulsionar a maior economia da América Latina e tirá-la de um longo período de desempenho medíocre.



Desde seu retorno ao poder, Lula — que também governou entre 2003 e 2010 — tem procurado fortalecer o papel do Estado em sua tentativa de melhorar os padrões de vida do país de mais de 200 milhões de habitantes, que haviam ficado estagnados.

Sob seu plano para a economia, o governo elevou os pagamentos de assistência social, abrandou as restrições aos gastos públicos, prometeu melhorias na infraestrutura e apresentou uma agenda verde pensada para atrair capital estrangeiro.

“Quero transformar este país em um país de classe média, onde as pessoas possam comer bem, se vestir bem, viver bem, descansar bem, tomar conta de suas famílias”, disse Lula, em sua live semanal em dezembro. “Os investimentos que estamos fazendo ajudarão o Brasil a crescer.”

Os críticos dizem que o caráter mais prático da abordagem de Lula ameaça reviver um modelo desacreditado de desenvolvimento estatista que deu errado no passado.

No início do século XXI, o Brasil aproveitou o boom mundial das commodities impulsionado pela China para se tornar um queridinho entre os mercados emergentes, mas sofreu um impacto brutal quando os preços das matérias-primas desabaram, há cerca de dez anos. Opositores dizem que o excesso nos gastos públicos e a interferência política do PT no governo de Rousseff foram fatores-chave para a pior recessão do país em um século.

Agora, segundo Kim Katagiri (União Brasil), "o governo está repetindo sua receita fracassada de aplicar mais impostos, endividar o país e gastar mais em áreas que beneficiam mais as elites do que os mais pobres."

Integrantes do governo defendem seu desempenho, apontando para indicadores positivos, como a queda do desemprego e da inflação e a aceleração do crescimento. Ainda na expectativa dos números do quarto trimestre, as previsões iniciais dos analistas, que eram de crescimento do PIB inferior a 1% em 2023, foram revisadas para uma taxa de quase 3%.

Por estar localizado longe de conflitos internacionais e com recursos naturais abundantes — desde hidrocarbonetos e minerais até produtos agrícolas e fontes de energia renovável —, os entusiastas do país dizem que o Brasil está em posição ideal para cumprir seu potencial há tanto alardeado.

Investidores e economistas, porém, permanecem céticos em relação ao plano de jogo de Lula, de uma economia guiada pelo Estado. Se houver a percepção de que ele perdeu o controle das contas públicas, advertem que será difícil para o Banco Central continuar a reduzir a taxa básica de juros, de 11,75%, que vem freando a atividade econômica.

"O Brasil acaba de sofrer sua segunda década perdida para o crescimento desde os anos 1980, com a renda per capita ainda não tendo voltado aos níveis de 2013", diz Roberto Secemski, economista-chefe para o mercado brasileiro no Barclays. "O país precisa de produtividade maior e de mais investimentos em bens de capital, o que seria mais viável com taxas de juros mais baixas. O problema está na postura fiscal branda do Brasil."

Diante da previsão de desaceleração do PIB em 2024, o presidente se depara com uma escolha: adotar um caminho macroeconômico mais moderado ou aumentar os gastos para tentar reanimar o crescimento, mas correr o risco de repetir a história.

"Precisamos melhorar o que não deu certo antes", diz Abinadabe Santos, secretário-geral do sindicato dos metalúrgicos em Recife. Na parede de seu escritório, há uma foto em preto e branco de Lula discursando em greves na década de 1970.

Santos acredita que o presidente possa trazer resultados, mas diz que não há espaço para complacência. "Este é o dever do governo Lula - olhar para os erros do passado e garantir que não ocorram novamente."



No litoral da região do Nordeste brasileiro, de baixa renda, a área metropolitana do Recife foi um microcosmo do ciclo anterior de ascensão e queda do país. Durante a era do PT, milhares de empregos foram criados pela refinaria e pelo vizinho Estaleiro Atlântico Sul, inaugurado em 2008 e anunciado como o maior do Hemisfério Sul. Tratou-se de uma política industrial característica de Lula, criada para ressuscitar a construção naval, por meio de encomendas de petroleiros e plataformas para a Petrobras.

Em 2014, uma investigação nacional revelou um esquema de propinas por contratos centrado na gigante petrolífera e levou à prisão de dezenas de políticos e empresários. O próprio Lula cumpriu pena por uma condenação por corrupção, posteriormente anulada.

O escândalo e a queda nos preços do petróleo levaram a Petrobras a cancelar várias compras de navios, o que desferiu um grande golpe ao setor brasileiro de construção naval já assolado por estouros orçamentários, entregas atrasadas e problemas financeiros.

As demissões em massa no porto e no complexo industrial de Suape, a enorme área que inclui a refinaria e o estaleiro, reverberaram pela economia brasileira.

"Houve um coro de denúncias e um dismantelamento completo do que se considerava um futuro muito promissor para a região", diz Écio Costa, professor de economia na Universidade Federal de Pernambuco.

As turbulências nacionais que vieram na esteira ajudaram a forçar a remoção de Rousseff do cargo por impeachment em 2016 e mancharam o legado de Lula, ex-sindicalista que nasceu em Pernambuco e se mudou para São Paulo quando criança.

Durante seu primeiro mandato, ele foi aclamado por tirar 20 milhões de cidadãos da pobreza em uma das sociedades mais desiguais do mundo, por meio de benefícios sociais. "Quando Lula era presidente, foi um dos melhores momentos aqui em Pernambuco - e talvez em todo o Brasil", diz John Bezerra da Silva, que trabalhou como soldador no estaleiro e na refinaria, mas agora dirige um táxi para viver.

Aos 34 anos, ele quer voltar ao antigo ofício. "As pessoas aqui têm muita esperança de que a refinaria e a construção naval realmente retornem."

Esses sonhos ainda podem ser realizados. Agora liderada por um aliado de Lula, a Petrobras planeja fazer novas encomendas aos estaleiros nacionais enquanto parte para uma grande expansão na produção em terra, que, segundo se prevê, catapultará o Brasil ao topo dos produtores de petróleo.

Para ter sucesso, contudo, o setor precisará superar fatores que no passado a fizeram encontrar dificuldades para ser competitiva e cumprir prazos.

A recente aprovação de uma emenda constitucional para simplificar o complexo sistema tributário do país foi bem recebida em termos gerais como um passo na direção certa. A S&P elevou a classificação soberana de crédito do Brasil em um degrau, embora ainda deixando-a abaixo da nota de investimento seguro.

A aprovação veio na sequência de outras reformas pró-mercado de governos anteriores, de direita, como a revisão do rígido código trabalhista e a da Previdência Social. Sob o antecessor de Lula, Jair Bolsonaro, ministros buscaram a privatização e um governo menor.

No entanto, o desafio é grande. A produtividade do Brasil — a produção por hora trabalhada, crucial para impulsionar a prosperidade de uma nação — cresceu apenas 0,5% ao ano nos 40 anos até 2022, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, diz que no curto prazo o Brasil deverá se beneficiar do afrouxamento monetário internacional. "Mas a capacidade limitada do país de criar motores



internos para a atividade deve manter o crescimento do PIB em taxas modestas”, acrescenta. A economia cresceu a um ritmo anual médio de apenas 0,5% nos últimos dez anos.

Em sua jornada para estimular o crescimento, o governo Lula recorreu a uma fórmula antiga.

Apresentado com pompa em agosto, o novo programa de obras públicas do governo, o PAC, reprisa o nome de duas iniciativas anteriores cujo histórico é marcado por altos e baixos.

No PAC 1, lançado por Lula em 2007, apenas 25% dos projetos foram de fato concluídos, segundo análise da firma de consultoria Inter B. No PAC 2, lançado três anos depois, no governo Rousseff, a proporção subiu para 36%.

Representantes do governo asseguram que desta vez será diferente. O programa vai dar prioridade a concluir projetos inacabados e ter maior participação do setor privado por meio de concessões e parcerias.

Dos investimentos planejados até 2026, de R\$ 1,4 trilhão (US\$ 290 bilhões), espera-se que US\$ 76 bilhões venham de financiamento federal. O restante deverá vir de financiamento bancário, de empresas privadas e de estatais como a Petrobras.

Outro ponto essencial é promover empreendimentos que combatam o aquecimento climático. Brasília espera aproveitar a boa vontade internacional no combate ao desmatamento da Amazônia.

“Estamos falando de uma nova industrialização. Não estamos planejando voltar à indústria dos anos 70 ou 80. Queremos uma nova indústria [...], que seja combinada com a transformação verde”, comenta Guilherme Mello, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

A estratégia almeja reverter a chamada desindustrialização “prematura”, e os apoiadores de Lula dizem que os primeiros sinais são encorajadores.

Em 2023, a montadora chinesa BYD anunciou que começará a produzir veículos elétricos (VEs) no Nordeste brasileiro como parte de um investimento de R\$ 3 bilhões. O presidente local da empresa, Alexandre Baldy, diz que a decisão foi resultado do compromisso de Lula com a redução das emissões de carbono e do encontro do presidente brasileiro com o fundador da empresa em uma viagem à China. A chegada da BYD mostra que os recursos naturais do país podem ser transformados em uma “indústria de ponta”, segundo o executivo. “De forma que paremos de pensar no Brasil como o país do futuro e invistamos no Brasil para ser o país do presente.”

Para auxiliar a produção nacional, o governo está impondo tarifas sobre a importação de VEs. No entanto, alguns economistas de correntes predominantes mostram receio quanto ao protecionismo e aos incentivos a empresas. Argumentam que a proteção contra a concorrência externa muitas vezes levou à falta de competitividade na indústria brasileira, como no setor automotivo.

“Subsídios e incentivos a setores costumam durar mais do que imaginado, com um impacto menor do que o esperado”, diz Gustavo Arruda, economista do BNP Paribas.

Além disso, há pouca margem de manobra no orçamento, uma vez que cerca de 90% dele é destinado a itens não discricionários, como a Previdência Social e as pensões.

O governo pretende financiar os gastos adicionais por meio da elevação da arrecadação. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a intenção é acabar com isenções, brechas e evasões, em vez de aumentar ainda mais a já elevada carga tributária total do país.

Além das dúvidas quanto ao realismo disso, a preocupação nos círculos empresariais é com um aumento nos níveis de endividamento. A dívida pública, atualmente em 74% do PIB, é relativamente



alta para uma economia emergente. Os mais céticos alertam para possíveis efeitos colaterais sobre a inflação e a confiança do investidor.

"Embora não estejamos prevendo que [a situação fiscal] desencadeie uma crise, o aumento do endividamento continuará a expor as fragilidades do Brasil", diz Arruda. "A necessidade de ajuste fiscal no futuro pode limitar os investimentos do setor privado."

"A questão mais crítica na mente de todo investidor de longo prazo ou mesmo no de curto prazo [é] a estabilidade fiscal", diz Paulo Bilyk, executivo-chefe da gestora de recursos Rio Bravo Investimentos. "Todos terão que ficar de olho nos pecados do passado que estão tentando repetir."

Após o impeachment de Rousseff, foi aprovada uma emenda constitucional que restringia a elevação do orçamento ao ritmo da inflação. Os investidores a consideravam a pedra angular da credibilidade fiscal.

Desde o retorno de Lula, ela foi substituída por um conjunto de regras mais flexíveis que, embora imponham certos limites, exigem que os gastos aumentem em termos reais. O novo arcabouço também promete atingir um equilíbrio em 2024 e um crescimento gradual nos superávits primários.

Embora a meta de déficit zero deste ano seja defendida por Haddad, Lula sinalizou que ela poderia não ser alcançada. O presidente enfrenta pressões de seu próprio partido para gastar mais antes das importantes eleições municipais em outubro.

Simone Tebet, ministra do Planejamento do Brasil, defende o novo arcabouço fiscal como "sustentável" e diz que o investimento federal enquanto proporção do PIB permanece "muito abaixo da média mundial".

Embora Lula diga que seu período anterior no governo é uma evidência de sua credibilidade fiscal — seu primeiro mandato de quatro anos é reconhecido por ter se aferrado em grande medida à ortodoxia econômica —, críticos o acusam de, depois, ter iniciado uma fase mais expansionista adotada por Rousseff.

Embora o grande poder do Congresso, dominado por conservadores, lhe permita resistir a mudanças radicais, as dúvidas dos investidores persistem.

A ideia de Lula de reviver indústrias pesadas antigas enquanto estimula setores inovadores será colocada à prova no complexo portuário de Suape.

O gerente-geral da refinaria da Petrobras, Marcio Maia, diz que a expansão dobrará a capacidade de processamento e ajudará o país a depender menos das importações de diesel.

Pernambuco, assim como outros Estados do Nordeste, é uma região de sol forte e de muitos ventos e também é apontado como um possível centro para o hidrogênio verde (H2) - um combustível limpo produzido a partir de eletricidade renovável.

A governadora do Estado, Raquel Lyra (PSDB), descreve o quadro como um "novo ciclo de desenvolvimento".

A empresa francesa de energia renovável Qair tem planos para um projeto de H2 verde de R\$ 21 bilhões no porto, mas o executivo local Gustavo Silva diz que o setor precisa de regulamentação e incentivos. Um projeto de lei está em tramitação no Congresso.

O Estaleiro Atlântico Sul foi desativado em 2019 e depois entrou recuperação judicial. No entanto, à sombra de seus gigantescos guindastes gêmeos, voltou a operar com atividades de manutenção, reparos e fabricação de equipamentos para plataformas de petróleo.

O executivo-chefe Roberto Brisolla diz que a produtividade já vinha melhorando antes da crise da empresa, tendo alcançado níveis de produção por trabalhador não muito diferentes ao das concorrentes da Coreia do Sul, líderes mundiais.

Agora, vem diversificando sua carteira de encomendas para no futuro não depender da Petrobras e ficando de olho em oportunidades como os parques eólicos em terra.

“Com este governo, podemos ver um plano”, diz Brisolla. “É um momento de renovação, há expectativas e otimismo. Mas ainda há muito caminho a percorrer.” (Colaborou Beatriz Langella)

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/01/2024

LULA ORIENTA MINISTROS SOBRE PARTICIPAÇÃO EM CAMPANHAS MUNICIPAIS

Recomendação é que evitem cidades em que haja mais de um candidato base aliada para que não haja turbulência no governo

Por Andrea Jubé — De Brasília



Baleia Rossi: presidente do MDB diz que disputa na capital paulista não deve interferir na relação da bancada com o governo — Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados - 20/12/2023

De olho nas eleições municipais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recomendou aos ministros que não façam campanha em cidades com mais de um candidato da base aliada para evitar turbulência no governo. A nove meses do pleito, entretanto, já se formam cenários onde seguir à risca essa orientação será missão quase impossível, sendo que próprio Lula emerge como um dos primeiros a violar a regra.

São Paulo, Rio de Janeiro e Recife são alguns dos palcos mais notórios nos quais Lula cogita fazer campanha presencial para aliados históricos, e que estiveram ao seu lado em 2022, mas onde já é possível antecipar a fragmentação da base governista. A capital paulista é o exemplo mais emblemático, onde PT, MDB, PSB e Psol - todos integrantes da base governista no Congresso - atuarão em palcos distintos.

A advertência de Lula para que os auxiliares evitem pedir votos aos seus candidatos em palcos sensíveis ocorreu na última reunião ministerial do ano passado, no dia 20 de dezembro. No trecho do discurso que não foi transmitido nas redes sociais, o presidente alertou que o importante é não provocar fissuras na base governista.

O secretário de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais, André Ceciliano, responsável pela relação do governo com prefeitos e governadores, admitiu ao Valor que em breve será preciso redobrar os cuidados com os aliados por causa das disputas municipais.

Mas Ceciliano ponderou que, embora a disputa venha a ser mais acirrada em alguns palcos, como São Paulo, nem o presidente nem os ministros adotarão tom agressivo com adversários ligados à base aliada.

O secretário lembrou que Lula tem cobrado “civildade” nas relações políticas, como no discurso durante o lançamento do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em agosto, no Rio de Janeiro, em reação às vaias da plateia ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Naquele dia, Lula argumentou que Lira “é nosso adversário e vai continuar sendo adversário”. Mas, finda a eleição, observou que cada um assume o seu posto, e Lira estava no ato como convidado do governo e presidente de uma instituição.



O secretário, com assento no Palácio do Planalto, explicou que Lula vai gravar vídeos de apoio e participar de comícios de alguns aliados históricos, ou que caminharam com ele em 2022, como o deputado Guilherme Boulos (Psol) em São Paulo, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), que buscará a reeleição, e o prefeito do Recife, João Campos (PSB), que também tentará se reeleger. “Para falar bem do candidato dele, não precisa falar mal do outro”, esclareceu Ceciliano.

São Paulo, Rio de Janeiro e Recife são as capitais em que é possível antecipar divisão

Na capital paulista, todavia, coube ao próprio Lula os movimentos que inflamaram a relação com o MDB ao articular, pessoalmente, o retorno da ex-prefeita Marta Suplicy ao PT para que ela seja vice na chapa de Boulos à prefeitura. Vale lembrar que o apoio do PT a Boulos em São Paulo foi um compromisso assumido por Lula com o Psol, em troca do apoio da sigla à sua candidatura presidencial.

O MDB é um dos principais aliados do governo federal, ocupando três ministérios na Esplanada: Planejamento, Transportes e Cidades. Mesmo assim, Lula irritou a cúpula emedebista porque afastou do prefeito Ricardo Nunes (MDB), pré-candidato à reeleição, uma aliada com a qual ele contava como cabo eleitoral estratégica na campanha: Marta era secretária municipal de Relações Internacionais, e pediu exoneração para se alinhar ao principal adversário do emedebista.

O cenário eleitoral em São Paulo está tão tumultuado que Lula e vários ministros vão se dividir em pelo menos três palanques. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, do MDB - que tem o “recall” da campanha presidencial - já se comprometeu a reforçar a campanha de Nunes.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, e o ministro do Empreendedorismo, Márcio França, ambos do PSB, subirão no palanque da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), que deve ter como vice o apresentador José Luiz Datena, recém filiado à legenda.

Em paralelo, Lula e os ministros paulistas do PT - Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Luiz Marinho (Trabalho) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) - estarão no palanque de Boulos e Marta. O candidato do Psol terá dois ex-prefeitos da capital ao seu lado: Marta, como vice, e Haddad. Ambos perderam a reeleição: ela em 2004 para José Serra (PSDB), e o petista para João Doria (então no PSDB) em 2016.

Coordenador da pré-campanha de Ricardo Nunes, o presidente nacional do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), disse ao Valor que a disputa na capital paulista não vai interferir na relação da bancada emedebista no Congresso com o governo. “Não há nacionalização da eleição”, ressaltou.

Baleia lamentou a conduta de Lula ao interferir pessoalmente na disputa em São Paulo, mas observou que Nunes não elevou o tom em relação à saída de Marta. Ele argumentou que o foco da campanha emedebista será a “gestão”, e não embates ideológicos. Relatou que Nunes está “entregando políticas públicas”, e citou como exemplo a tarifa zero aos domingos, e vagas disponíveis nas creches.

“Claro que vai ter crítica, mas tem que saber criticar e ser criticado. Tem momento que a campanha esquenta, fica morna, esfria, depois esquenta de novo.”

Ele lembrou que as diferenças regionais são muitas, e é preciso respeitá-las. Por isso, se MDB e PT vão se enfrentar em São Paulo, em contrapartida, serão aliados em outras capitais. Em Salvador (BA), por exemplo, o PT vai indicar o vice do candidato do MDB a prefeito, o vice-governador Geraldo Júnior. Em Teresina (PI), o MDB deve indicar o vice do pré-candidato a prefeito, o deputado estadual Fábio Novo, do PT.

No Rio de Janeiro, o PT pleiteia a vaga de vice na chapa de Eduardo Paes, enquanto o MDB pretende lançar a candidatura do deputado federal Otoni de Paula, ligado ao eleitorado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Mas a disputa na capital fluminense tende a esquentar, efetivamente, entre Paes e o postulante apoiado pelo governador Claudio Castro (PL). O nome mais cotado é o do deputado federal e ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem, que terá o apoio de Jair Bolsonaro.

Lula também gostaria de participar da campanha em Recife pela reeleição do prefeito João Campos, em nome da amizade com a família do ex-governador Eduardo Campos, morto em 2014. Na capital pernambucana, todavia, o desconforto será com o PSD, representado em Pernambuco pelo ministro da Pesca e ex-líder da bancada, André de Paula.

Ele rompeu com o prefeito, migrou para a base aliada da governadora Raquel Lyra (PSDB), e deverá estar em palanque distinto de Lula. No Recife, Lula verá os dois ministros pernambucanos em campos opostos. Enquanto André de Paula deverá estar do lado do candidato da governadora tucana, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, do Republicanos, subirá no palanque de Campos junto com Lula.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/01/2024

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,39 BI NA 2ª SEMANA DE JANEIRO

Valor é resultado de US\$ 6,21 bilhões em exportações e US\$ 4,82 bilhões em importações, no período

Por Valor — São Paulo



Terminal de containers do porto de Santos (SP) — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,39 bilhões na segunda semana de janeiro. O valor, segundo divulgado nesta segunda-feira (15) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), é resultado de US\$ 6,21 bilhões em exportações e US\$ 4,82 bilhões em importações, no período.

Na primeira quinzena de janeiro, o saldo positivo da balança comercial acumula US\$ 3,495 bilhões.

As exportações pela média diária avançaram 31,6% em janeiro, até a segunda semana do mês, quando comparadas ao mesmo mês ano passado, para US\$ 1,363 bilhão. O avanço foi puxado pelos embarques da indústria extrativa (+55,6%), seguido pela agropecuária (+43,9%) e indústria de transformação (+19,2%).

As importações, por sua vez, subiram 4,6% na mesma base de comparação, para US\$ 975,1 milhões. O pequeno avanço foi sustentado pela alta de 7% nas compras da indústria de transformação. Já os desembarques da indústria extrativa caíram 17,7%, seguidos das compras da agropecuária (-10,2%).

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/01/2024

MINERADORA DE BITCOIN USA EXCEDENTE DE ENERGIA NO TOCANTINS

Unidade utiliza energia excedente de uma pequena central hidrelétrica (PCH) de uma propriedade rural localizada na região de Dianópolis, na divisa com a Bahia

Por Toni Sciarretta — De São Paulo



Rudá Pellini, cofundador da Arthur Inc. — Foto: Divulgação

A Arthur Inc. (antiga Arthur Digital Assets Mining), startup americana especializada em monetizar energia ociosa, iniciou sua operação no Brasil com a instalação de uma unidade de mineração de bitcoin no Tocantins. A unidade utiliza energia excedente de uma pequena central hidrelétrica (PCH) de uma propriedade rural localizada na região de Dianópolis, divisa com a Bahia.

O projeto teve um investimento de US\$ 1 milhão, mas o retorno previsto com a mineração de bitcoin, hoje na casa de US\$ 42 mil, além do uso da energia que seria desprezada, chega a ser superior a 30% ao ano em dólar, segundo a empresa.

“No Brasil, 30% da energia é desperdiçada, provocando um prejuízo de até R\$ 60 bilhões por ano para a economia. O objetivo da Arthur Inc. é solucionar esse problema, usufruindo, principalmente, da energia gerada e não utilizada”, disse Rudá Pellini, cofundador da Arthur Inc.

Segundo Pellini, a startup consegue instalar em 60 dias uma infraestrutura capaz de absorver o excedente de energia, por exemplo, em atividade de mineração de bitcoin, que seria equivalente ao consumo de um grande shopping center ou uma indústria com 500 funcionários.

Fundada nos EUA por brasileiros, a Arthur Inc oferece serviços de eficiência energética por meio do uso de excedentes como fonte primária para atividades intensivas em energia. O nome é uma homenagem ao futurista Arthur C. Clarke, que ainda nos anos 1950 escreveu sobre inteligência artificial, inovação e tecnologia.

Para o Brasil, a startup pretende investir aproximadamente US\$ 30 milhões até o fim do primeiro semestre na expansão do negócio. A previsão de receita soma US\$ 40 milhões já no primeiro ano de operação no país. “O potencial do Brasil é gigantesco. Por ser um país continental, há diversas fontes energéticas a serem trabalhadas, como solar, eólica, bioenergia e hidrelétricas.”

Nos EUA, a startup utiliza data centers modulares, com computadores de alto desempenho específicos para mineração de criptoativos, instalados dentro de contêineres.

O início das atividades no Brasil contou com uma rodada de investimentos de US\$ 4,6 milhões no início de 2023 e teve participação de family offices com foco no mercado de energia e infraestrutura. O valuation à época foi de US\$ 100 milhões.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/01/2024*



AGÊNCIA BRASIL - DF

FACHIN SUSPENDE DECISÕES QUE IMPEDIAM DEMARCAÇÃO DE TERRA INDÍGENA

Processo foi anulado pela Funai no governo anterior
Por Agência Brasil - Brasília

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta terça-feira (16) a suspensão de ações judiciais que suspenderam o processo de demarcação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira, no Paraná.



De acordo com o ministro, as decisões não observaram o direito ao contraditório e à ampla defesa das comunidades indígenas.

"É fundamental que as soluções possam de fato refletir as diferenças de realidade e de percepção entre as partes. O envolvimento ativo de todos os atores estatais, sobretudo para ouvir as partes e as auxiliar a encontrar pontos comuns", decidiu Fachin.

A decisão foi tomada em meio ao aumento dos conflitos violentos na região diante da retomada do processo de demarcação de terra pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na quarta-feira (10), indígenas da etnia Avá-Guarani foram alvo de tiros enquanto rezavam. O ataque deixou quatro feridos, que foram levados para um hospital de Toledo, no Paraná.

Durante o governo anterior, a Funai anulou o processo de demarcação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira. O território está localizado nos municípios paranaenses de Guaíra, Altônia e Terra Roxa, próximos à fronteira do Brasil com o Paraguai.

Em 2022, o Ministério Público Federal (MPF) enviou uma recomendação à Funai para revogar a Portaria 418/2020, norma que invalidou o processo.

No ano passado, a nova gestão da Funai anulou a medida anterior, o processo foi autorizado a ser retomado, mas continuou suspenso por uma decisão da Justiça Federal.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 16/01/2024

LULA SANCIONA LEI QUE DEFINE REVISÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS DO SUS

Última correção de valores foi feita em 2013
Por Carolina Pimentel – Repórter da Agência Brasil - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta terça-feira (16) projeto de lei que define a revisão anual do pagamento dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto estabelece que os serviços prestados por entidades privadas e hospitais filantrópicos serão revistos uma vez ao ano, em dezembro, por ato do Ministério da Saúde, levando em conta a disponibilidade orçamentária e financeira. A última revisão da tabela ocorreu em 2013.

De acordo com o Ministério da Saúde, mais de 1.800 entidades filantrópicas atendem pelo SUS.

"Esses valores são estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) e aprovados no Conselho Nacional de Saúde. As premissas são a garantia da qualidade do atendimento, o equilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços e a preservação do valor real destinado à remuneração de serviços, observada a disponibilidade orçamentária e financeira", diz texto divulgado pela Presidência da República.

Conforme a nova lei, quando o atendimento pelo SUS for insuficiente, o sistema poderá recorrer aos serviços privados.

Representantes do governo federal, de secretarias estaduais e municipais e de entidades filantrópicas participaram da cerimônia de sanção.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 16/01/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ENSEADA VÊ COMPLEXO COMO ROTA LOGÍSTICA PARA GRANDES COMPONENTES EÓLICOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 16/01/2024 - 17:31



Divulgação Enseada

Expectativa da empresa do grupo Novonor leva em conta contrato firmado com a Petrobras, em dezembro, para locação parcial de área que será usada para permitir passagem de pás eólicas por rodovia

A administração do Complexo Naval, Industrial e Portuário Enseada (BA), localizado em Maragojipe, pretende se tornar a principal rota logística para o transporte de componentes eólicos de grande porte destinados aos parques eólicos da Bahia e de outros

estados do Nordeste a partir deste ano. A expectativa da empresa do grupo Novonor leva em conta o contrato firmado com a Petrobras, em dezembro passado, para locação parcial de área do Canteiro de São Roque do Paraguaçu, que será usada para permitir a passagem das pás eólicas pela rodovia BA-514 (antiga BR-420).

A avaliação do Enseada é que a celebração do contrato é crucial para viabilizar futuros projetos eólicos na região. A empresa espera, além de promover a eficiência, contribuir para uma redução significativa de custos e para a mitigação dos riscos de segurança logísticos. "Isso desempenhará um papel fundamental no desenvolvimento da transição energética, tanto na Bahia quanto no Brasil", destacou o diretor comercial do Enseada, Carlos Alberto Tsubake.

Entre 2022 e 2023, o terminal de uso privado (TUP) gerido pelo Enseada recebeu aproximadamente 40 aerogeradores completos destinados à Bahia, no projeto "Tanque Novo". A antecipação da operação do parque em mais de 60 dias em virtude da logística empregada recebeu um prêmio da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) em março de 2023, entregue à Novonor e à CGN, cliente do projeto.

A Enseada considera que o contrato firmado com a Petrobras assegura a consolidação da rota logística e a continuidade dessas operações no terminal, contribuindo para o alcance de metas ambientais e o avanço econômico regional e nacional. A empresa espera que as atividades no complexo gerem empregos para comunidades locais e um aumento de arrecadação de impostos dos municípios envolvidos. Para Tsubake, a rota logística fortalece a competitividade da infraestrutura energética brasileira, além de promover impactos positivos nos aspectos socioeconômicos da região do Recôncavo Baiano.

Atualmente, a Bahia participa em 35% da capacidade instalada no cenário nacional, segundo dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE). O comprometimento do estado com a expansão desse setor é notável, tendo mais de 9,6 GW (gigawatts) contratados, o equivalente a 2 mil aerogeradores a serem instalados até o ano de 2028, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/01/2024

TEBIG AUMENTA EM 9% MOVIMENTAÇÃO E MELHORA ÍNDICES OPERACIONAIS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 16/01/2024 - 16:52



Divulgação Transpetro

Em 2023, terminal da Transpetro em Angra dos Reis (RJ) atingiu 82,1% de taxa de ocupação de berço, contabilizou operação de 506 navios e expansão do ship-to-ship

A Transpetro registrou 42,6 milhões de metros cúbicos (m³) de volume total de produtos movimentado no seu terminal em Angra dos Reis (RJ), considerando abastecimento, carga/descarga e transbordo de descarga. O valor equivale a uma variação positiva de

8,8% em relação a 2022. De acordo com a empresa, o petróleo é o produto mais transportado pelo Tebig, com uma movimentação que corresponde a cerca de 90% do volume exportado pela Petrobras e a aproximadamente 40% da exportação de petróleo nacional. A companhia contabilizou a operação de 506 navios no terminal de Angra dos Reis no ano passado.

Ao todo, foram 42 embarcações a mais do que em 2022, o que representa 9,1% de aumento. O número total de operações ship-to-ship foi 210, o que corresponde a 28 operações a mais do que em 2022. A taxa de ocupação de berço (TOB) no píer do Tebig passou de 80,4%, em 2022, para 82,1%, em 2023. “A cada 100 horas, 82 horas foram aproveitadas por navios operando com eficiência. Em termos de comparação, um berço é considerado bem operado quando possui uma taxa que gira em torno de 75%”, explicou o gerente do Terminal de Angra dos Reis, Felipe Toneli.

O tempo de estadia do terminal (TET), que mede a duração de cada ocupação do berço por navios, passou de 42,7 horas, em 2022, para 41,3 horas, em 2023. Esses dados indicam que cada um dos 506 navios operados no ano passado ficou no berço 1,4 hora a menos. A avaliação da empresa é que esse resultado demonstra operações mais ágeis e eficientes no terminal, contribuindo para reduzir a espera e a fila de navios.

Outro destaque da Transpetro foi o volume movimentado no oleoduto Rio-Baía da Ilha Grande (Orbig), que passou de 7,03 milhões de m³ (2022) para 8,53 milhões de m³ (2023). O recorde de volume ocorreu em julho do ano passado, com 1,02 milhão de m³.

A Transpetro atribui os resultados à melhora das operações do terminal. Uma delas é a saída de navios pelo canal leste, reduzindo o tempo entre manobras de embarcações e, conseqüentemente, o intervalo entre os navios — em 2023, foram 87 saídas. A empresa também citou as saídas regulares noturnas de navios de grande porte do tipo VLCC (Very Large Crude Carrier, na sigla em inglês), autorizadas pela Capitania dos Portos.

A companhia acrescentou que implementou, no ano passado, um conjunto de medidas de manutenção que agregaram a esses números. Uma delas foi a melhoria da disponibilidade e confiabilidade de equipamentos, por meio da aquisição de materiais sobressalentes, reduzindo o tempo de conclusão das ações corretivas e aumentando a segurança das pessoas e do meio ambiente. “Estamos operando mais e com maior eficiência. Conquistamos esses números sem termos uma ocorrência sequer de acidente de trabalho ou de dano ao meio ambiente”, destacou Toneli.

No balanço nacional de 2023, a Transpetro registrou crescimento de 33% das operações de ship-to-ship e ship-to-barge (transferência de cargas entre barcaça e navio) com o registro de 872 operações, ante 655, em 2022. A companhia informou que a utilização do modal permite a redução de custos da operação logística de petróleo e derivados em até 30%. O terminal de Madre de Deus, na Bahia, totalizou mais de 30 operações, incluindo Petrobras e novos clientes, como Acelen, Ream

e Seacrest. A Transpetro também chamou a atenção para o início das atividades de ship-to-ship no terminal de São Luís (MA).

Nas atividades da região do Amazonas, representadas pelos terminais de Manaus e de Solimões, a companhia totalizou 246 operações ship-to-ship em 2023, ante 26 realizadas no ano anterior. A Transpetro ressaltou que essa região sofreu com uma seca histórica, fazendo com que a atuação da companhia fosse decisiva para garantir o abastecimento local. Em 50 dias, entre setembro e novembro de 2023, a empresa chegou a movimentar 300 mil m³ de petróleo e derivados em operações de transbordo no Amazonas.

A Transpetro opera 48 terminais (27 aquaviários e 21 terrestres), cerca de 8,5 mil quilômetros de dutos e 36 navios. A carteira atual da maior subsidiária da Petrobras conta com mais de 180 clientes, com serviços prestados a distribuidoras, à indústria petroquímica e às demais empresas do setor de óleo e gás.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/01/2024

ESTALEIROS CHINESES TÊM CARTEIRAS REPLETAS DE NAVIOS PARA VEÍCULOS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 15/01/2024 - 20:13



Os estaleiros chineses estão com alta taxa de ocupação com as encomendas para navios do tipo roll-on/roll-off. A demanda é para suprir a logística de montadoras para exportação de automóveis, informa o Global Times.

A indústria automóvel da China conquistou mercados em 2023, com produção e vendas recordes, de acordo com dados da indústria divulgados na semana passada, abrindo caminho para que o país se torne potencialmente o maior exportador de automóveis do mundo.

As exportações de automóveis atingiram 4,91 milhões unidades, um aumento colossal de 58% em relação ao ano anterior, mostraram dados da Associação Chinesa de Fabricantes de Automóveis (CAAM).

Para corresponder à nova força do país no campo emergente das exportações de veículos, os estaleiros chineses têm uma importante carteira de encomendas de navios ro-ro para as empresas de transporte marítimo, bem como para fabricantes de automóveis.

O Porto de Taicang, na província de Jiangsu, no leste da China, movimenta de 7.000 a 8.000 veículos por mês e em dezembro o número subiu para quase 30.000.

Eddie Zhang, diretor operacional da COSCO Shipping Car Carriers, uma empresa líder em transporte marítimo de automóveis na China, disse ao Global Times que sua empresa encomendou 24 navios ro-ro, que deverão entrar em serviço no segundo semestre de 2024.

Em Abril passado, o governo chinês, num plano destinado a impulsionar o comércio externo, incentivou os fabricantes de automóveis e as empresas de transporte marítimo a conectarem-se e cooperarem através da assinatura de contratos de transporte de longo prazo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/01/2024



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 009/2024
Página 56 de 56
Data: 16/01/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 16/01/2024